



GOVERNO DO ESTADO
RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO,
GOVERNANÇA E GESTÃO

Relatório Técnico

POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA NO RIO GRANDE DO SUL DE ACORDO COM O CADASTRO ÚNICO



Pesquisadoras:
Daiane Boelhouver Menezes
Ana Clara Grassi

Departamento de Economia e Estatística
DEE-SPGG

dee.rs.gov.br

Agosto de 2022

Governo do Estado do Rio Grande do Sul
Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão
Subsecretaria de Planejamento
Departamento de Economia e Estatística

**População em situação de rua no Rio Grande do Sul
de acordo com o Cadastro Único**

Relatório Técnico

Daiane Boelhouver Menezes
Ana Clara Grassi

Porto Alegre, agosto de 2022



GOVERNO DO ESTADO
RIO GRANDE DO SUL

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Governador: Ranolfo Vieira Júnior

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, GOVERNANÇA E GESTÃO

Secretário: Claudio Gastal

Secretária Adjunta: Izabel Matte

SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO

Subsecretário: Antonio Cargnin

DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA

Diretor: Pedro Tonon Zuanazzi

Divisão de Análise de Políticas Sociais: Mariana Lisbôa Pessoa

Divisão de Análise Econômica: Vanessa Neumann Sulzbach

Divisão de Dados e Indicadores: Bruno Paim

Divisão de Estudos de Atividades Produtivas: Rodrigo Daniel Feix

Daiane Boelhouver Menezes é Doutora em Ciências Sociais e Analista Pesquisadora em Sociologia na Divisão de Análise de Políticas Sociais do Departamento de Economia e Estatística da SPGG.

E-mail: daiane-menezes@planejamento.rs.gov.br

Ana Clara Saft Grassi é graduanda em Políticas Públicas pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul e estagiária na Divisão de Análise de Políticas Sociais do Departamento de Economia e Estatística da SPGG.

E-mail: anaclaragrassi@gmail.com

M543p Menezes, Daiane Boelhouver.
População em situação de rua no Rio Grande do Sul de acordo com o Cadastro Único / Daiane Boelhouver Menezes, Ana Clara Grassi. - Porto Alegre : Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão, 2022. 35 p. : il.

Relatório Técnico.

1. População de rua – Rio Grande do Sul. 2. Mendigo – Rio Grande do Sul. I. Grassi, Ana Clara. II. Título. III. Rio Grande do Sul. Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão. Departamento de Economia e Estatística.

CDU 316.344.7(816.5)

Bibliotecário responsável: João Vítor DitterWallauer — CRB 10/2016

Revisão técnica: Mariana Lisbôa Pessoa, André Coutinho Augustin e Tomás Pinheiro Fiori

Revisão bibliográfica: Leandro De Nardi

Revisão de Língua Portuguesa e editoração: Susana Kerschner

Foto da capa: Pedro Piegas (PMPA)

COMO REFERENCIAR ESTE TRABALHO:

MENEZES, Daiane Boelhouver; GRASSI, Ana Clara. **População em situação de rua no Rio Grande do Sul de acordo com o Cadastro Único**. Porto Alegre: Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão, 2022. Relatório Técnico.

Resumo

De acordo com o Cadastro Único de março de 2022, que não se trata de um Censo, mas de uma parte da população mapeada muito detalhadamente, há nove homens para cada mulher em situação de rua no Rio Grande do Sul e seis brancos para cada quatro negros nessa situação. Um terço das pessoas em situação de rua está na faixa etária entre 35 e 44 anos, havendo menos jovens quando se considera a proporção deles na população gaúcha. Apenas um em cada 10 vive com a família, quase todos não têm contato frequente com parente fora de situação de rua todos os dias.

A maioria não tem ensino fundamental completo. São essencialmente extremamente pobres, em grande parte cobertos pelo Programa Auxílio Brasil. Na semana anterior à entrevista, 14% haviam trabalhado. Quase todos trabalharam como bico/autônomo, sendo a ocupação mais comum a de catador, seguida de serviços gerais, pedir dinheiro, trabalhar de flanelinha ou com vendas. Ao longo da vida, três quartos já tiveram carteira assinada.

Três a cada 10 pessoas em situação de rua cadastradas estavam na rua há menos de seis meses. Mais da metade vivia no município no qual foi cadastrado há mais de 10 anos (43% nasceram no mesmo município no qual residem) e apenas um quinto é de recém-chegados (estavam há menos de seis meses no município). As mulheres tendem a ter períodos mais curtos em situação de rua do que os homens. A maioria da população em situação de rua (56%) vivia na Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA); além disso, mais de 70% encontravam-se em municípios com mais de 100.000 habitantes.

O motivo mais frequente para a pessoa ficar em situação de rua são problemas familiares (48%), seguido de alcoolismo (36%), desemprego (32%) e perda de moradia (28%), havendo diferenças importantes entre homens e mulheres. Em relação ao local onde passam a noite, 55% dormem na rua. Albergues são utilizados por 40%, e domicílio particular é opção para apenas 5%.

Quase um quarto das pessoas em situação de rua possui algum tipo de deficiência. Essa proporção é mais do que o dobro da população total do Cadastro Único, que já possui proporção muito maior do que pessoas com deficiência mapeadas em todo o RS.

Por fim, em relação ao atendimento dessa população, ele é quase exclusivamente prestado por serviços públicos: 41% foram atendidos no centro de referência da população em situação de rua, 39% por Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), 39% por alguma instituição governamental, 29% por Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), e 13% por hospital e clínica geral, apenas 6% por instituição não governamental.

Palavras-chave: população em situação de rua; Rio Grande do Sul; Cadastro Único

Sumário

1	Introdução	5
2	Mapeamento da população em situação de rua.....	7
3	População em situação de rua.....	11
3.1	Gênero, faixa etária e raça	11
3.2	Escolaridade	14
3.3	Tempo na rua.....	16
3.4	Localização e migrações	17
3.5	Motivos para a situação de rua.....	20
3.6	Tipos de deficiência.....	23
3.7	Local utilizado para dormir	24
3.8	Acesso à documentação e a políticas sociais.....	27
3.9	Acesso aos serviços públicos.....	28
3.10	Trabalho, renda e engajamento.....	31
	Referências	33

1 Introdução

É complexo definir população em situação de rua (PSR), devido à heterogeneidade de suas características e de suas condições de vida, às estigmatizações e aos preconceitos. Segundo a Política Nacional para Inclusão Social da População em Situação de Rua, caracteriza-se por condição de extrema pobreza, fragilidade dos vínculos familiares e ausência de moradia convencional regular — utilizam espaços públicos e/ou áreas degradadas como locais de habitação, podendo ocasionalmente pernoitar em abrigos ou albergues (BRASIL, 2008).

Em relação à PSR no Rio Grande do Sul, foram encontradas pesquisas relativas à Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA) em 2017¹ e, especificamente para Porto Alegre, três censos de maiores de 18 anos realizados pela Fundação de Assistência Social e Cidadania (FASC), em parceria com a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), em 2007, 2011 e 2016. No último, 1.758² adultos em situação de rua foram recenseados na capital. Em março de 2022, segundo o Cadastro Único, havia 2.045 pessoas em situação de rua em Porto Alegre.

Embora os dados do Cadastro Único não pretendam substituir um Censo da PSR, eles tratam de pessoas já mapeadas, para as quais é possível pensar em estratégias de atenção segundo determinadas características. O cadastramento dessa população, devido à peculiaridade do modo de vida, deve ser feito via abordagem com preparação prévia, promovida pela gestão local juntamente com a Proteção Social Especial. Pode ser realizado em postos utilizados para todas as famílias, em locais especialmente designados, ou, em casos excepcionais, na rua (BRASIL, 2017).

Em março de 2022, havia 7.881 pessoas em situação de rua no Cadastro Único do Rio Grande do Sul (0,3% dos cadastrados). Porém, há cadastros desatualizados há mais de quatro anos que foram excluídos das análises, de modo que este relatório trabalhou com **7.346 pessoas em situação de rua**.

Este relatório reúne achados de estudos anteriores realizados nacionalmente, do Censo até estimativas, abordando as dificuldades e as saídas para o mapeamento da PSR. Também sintetiza resultados de levantamentos de municípios do Rio Grande do Sul (em geral, relativos à capital ou à Região Metropolitana), com informações demográficas e socioeconômicas.

Sua maior contribuição, porém, é a radiografia da PSR gaúcha, a partir dos microdados do Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico)³, que pode auxiliar tanto o Governo do Estado quanto as prefeituras a desenharem políticas públicas para essa população. Além dos dados gerais, sobre sexo, raça, faixas etárias, deficiência, escolaridade, trabalho, tempo de rua e tempo no município, local utilizado

¹ Produzido pelo projeto EcoSol PopRua, que entrevistou 611 pessoas adultas em situação de rua em Porto Alegre, Canoas, Novo Hamburgo, Gravataí, São Leopoldo e Esteio (CAMP, 2017).

² Embora 2.115 adultos tenham sido identificados, 1.758 é o número dos que aceitaram participar da pesquisa e serem cadastrados.

³ Instrumento de identificação e caracterização socioeconômica de famílias de baixa renda, utilizado para políticas sociais voltadas a elas. Por meio dele, podem-se identificar quem são, onde estão e quais são suas principais características, necessidades e potencialidades (BRASIL, 2018).

para dormir, motivos para ter ido para rua, acesso aos serviços públicos e participação em atividades comunitárias, esses dados foram cruzados para que sejam compreendidas as diferenças intra PSR. Ainda, algumas dessas variáveis foram regionalizadas para permitir pensar em estratégias locais de atuação.

2 Mapeamento da população em situação de rua

A histórica marginalização da população em situação de rua pelo poder público e pela sociedade em geral estabeleceu uma cultura de não produção de dados que estimassem o tamanho dessa população e suas características. Em 2005, no I Encontro Nacional sobre População em Situação de Rua, os movimentos sociais relacionados à PSR reivindicaram a necessidade de realização de pesquisas que viabilizassem a quantificação e a caracterização dessa população, visando à obtenção de dados que orientassem a formulação de políticas públicas voltadas a ela⁴ (VEIGA *et al.*, 2009).

Em 2007 e 2008, realizou-se o I Censo e Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua (BRASIL, 2009). A maior pesquisa a nível nacional voltada para a PSR identificou 31.922 adultos em situação de rua em 71 cidades (23 capitais). Somados aos números de pesquisas de capitais não incluídas no Censo⁵, essa população totalizava quase 50.000 pessoas em 2008⁶ (SPOSATI, 2009).

Apesar das dificuldades de recensear populações não domiciliadas e de o I Censo não ter pretendido identificar todas as pessoas em situação de rua no Brasil, a pesquisa permitiu acesso a informações sobre suas características, elaboração de políticas condizentes, além de orientar estudos. Entretanto, não foram realizadas outras edições ou pesquisas similares nacionalmente. A produção de informações sobre a PSR passou a ser mais desenvolvida por administrações municipais, projetos de pesquisa e extensão de universidades públicas ou projetos sociais.

Há, contudo, estimativas do número de pessoas em situação de rua no Brasil elaboradas pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), baseadas em um modelo analítico que considera o tamanho da população total no âmbito municipal⁷, o índice de pobreza⁸, o grau de centralidade e dinamismo urbano⁹, a atuação municipal em relação à PSR¹⁰ e o número de pessoas em situação de rua cadastradas no

⁴ Em 2010, foi lançada, pelo Movimento Nacional de População de Rua (MNPR), a Cartilha de Direitos chamada Conhecer para Lutar, que trazia dados sobre a realidade das ruas (maioria entre 25 e 55 anos, homens, não brancos, com ensino fundamental incompleto, de outras cidades do mesmo estado ou de outros estados da mesma região, trabalhadora em atividades informais), sobre os direitos da PSR, as funções das políticas públicas, como se organizar para transformar a realidade, inclusive via o próprio MNPR.

⁵ São Paulo, Belo Horizonte, Recife e Porto Alegre não participaram do Censo, por já contarem com levantamentos semelhantes. A soma das contagens municipais de São Paulo, Belo Horizonte, Recife e Porto Alegre totalizou 13.915 pessoas.

⁶ O total de 45.837 foi estendido, porque a cidade de São Paulo não cumpriu com a lei local que exigia uma nova contagem entre 2005 e 2008 e disponibilizou registros de 2003. Além disso, os censos de Recife e Belo Horizonte foram realizados em 2005.

⁷ Fator explicativo mais importante. Em 2015, estimou-se que 77% da população em situação de rua habitavam em municípios com mais de 100.000 habitantes.

⁸ Medido pela parcela de domicílios com renda abaixo de meio salário mínimo *per capita* (pobreza monetária) e pelos indicadores do Índice de Vulnerabilidade Social (IVS).

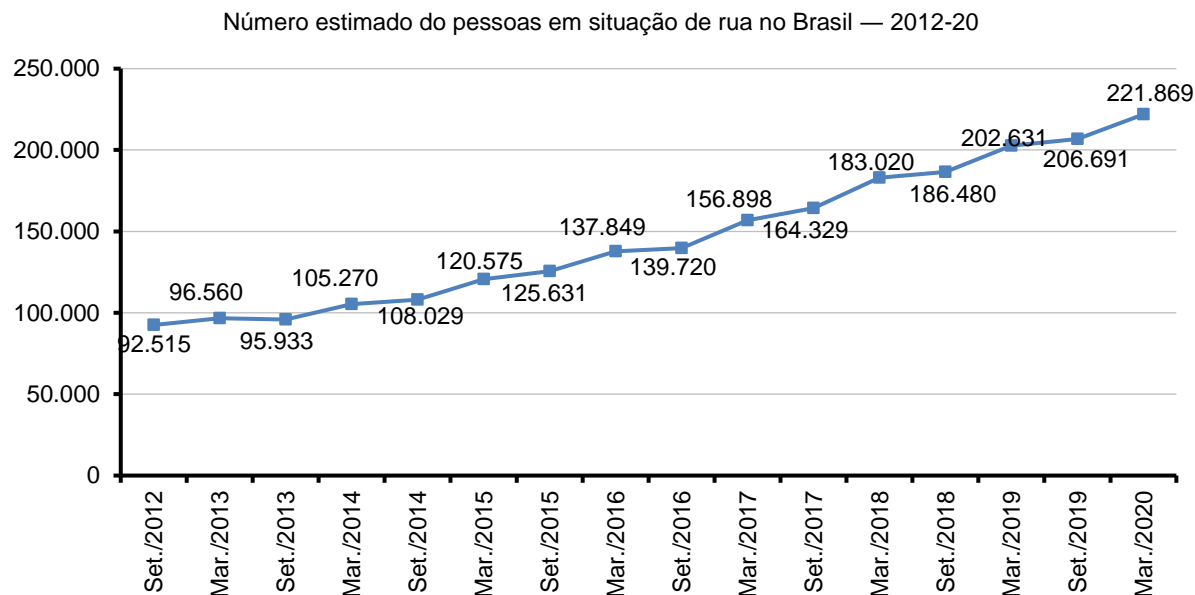
⁹ Municípios que funcionam como polos socioeconômicos tendem a ter PSR maior que municípios menos influentes economicamente na região. Considera-se a parcela da população que se encontra em áreas urbanas e o número de assalariados que trabalham no município, mas moram em outras cidades.

¹⁰ É considerado o número de equipamentos públicos, atendimentos e vagas em unidades de acolhimento para a PSR com base no Censo do Sistema Único de Assistência Social (Censo SUAS).

CadÚnico. **Segundo a estimativa realizada para 2015, apenas 47% dessa população constava no CadÚnico** (NATALINO, 2016).

A segunda publicação do IPEA apresenta uma série histórica da estimativa, entre setembro de 2012 e março de 2020, quando 221.869 pessoas estariam em situação de rua no país (NATALINO, 2020).

Gráfico 1



Fonte: Natalino (2020).

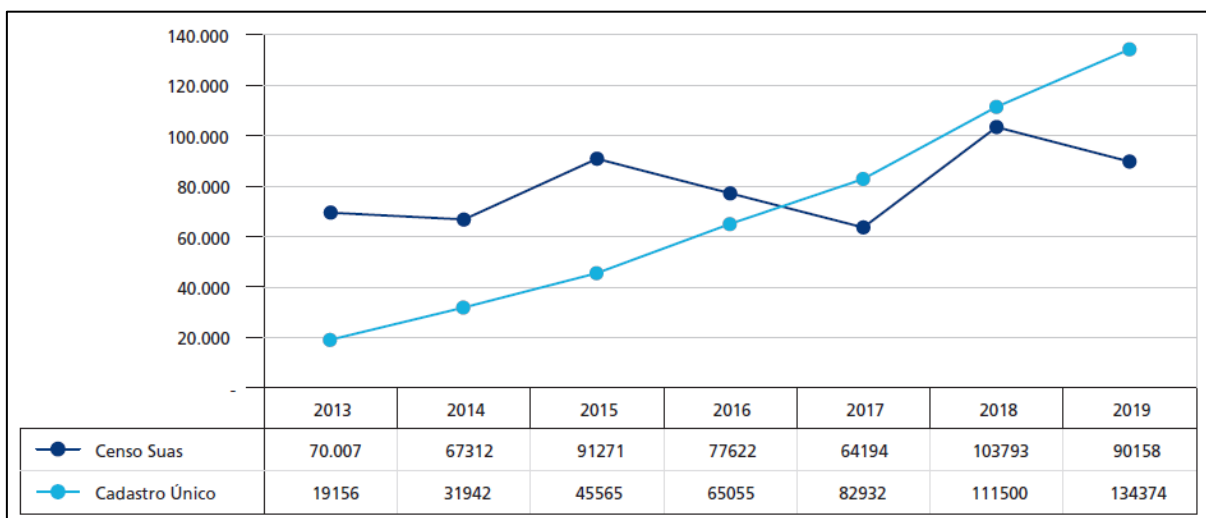
Houve melhoria na qualidade dos dados disponíveis sobre a PSR: estruturação de registros mensais de atendimento socioassistencial (RMAS) e ampliação da série histórica dos dados oficialmente reportados pelos municípios ao Ministério da Cidadania. Porém, o principal fator foi o esforço governamental para a inclusão da população em situação de rua no CadÚnico (NATALINO, 2020).

Em 2009, foi implementado um formulário específico para a inclusão dessa população no Cadastro Único, com perguntas baseadas nas informações coletadas no I Censo. Desde então, o número de pessoas em situação de rua cadastradas aumentou consideravelmente.

Os dados do Censo SUAS variam grandemente, em função da realização de pesquisas em grandes metrópoles, ao passo que as estimativas do CadÚnico seguem uma trajetória crescente constante e, desde 2017, superior aos números informados pelo Censo SUAS (NATALINO, 2020). Se, em **2015, apenas 47% da PSR estavam no Cadastro Único, em 2019 já eram 65%.**

Figura 1

População em situação de rua (PSR) informada no Censo do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e cadastrada no Cadastro Único no Brasil — 2013-19



Fonte: Natalino (2020).

Foi realizado um teste para a realização deste relatório com os últimos dados municipais disponíveis do Censo SUAS, referentes a 2020, para identificar a correlação entre esses e os dados registrados no Cadastro Único desse mesmo período nos municípios gaúchos¹¹. Há 231 municípios com registros de PSR no CadÚnico (totalizando 7.364 pessoas), 139 municípios com resposta sobre levantamento de dados ou pesquisa sobre esse público (totalizando 6.858) e 89 municípios com dados para ambos os casos. A correlação é fortíssima, de 0,979, com significância no nível de 0,01, porém há diferenças importantes: um município tem 307 pessoas registradas no CadÚnico e levantamento de 81, outro tem 170 pessoas registradas no CadÚnico e levantamento de 78, um terceiro tem 84 pessoas registradas no CadÚnico e levantamento de 10.

O contrário faz sentido sempre que o município fizer uma pesquisa própria, porque, dessa forma, consegue abranger também aqueles que ainda não foram cadastrados (em 2019, a estimativa geral para o País era de que esses representassem 35%). Porto Alegre, por exemplo, tinha uma população de 1.994 pessoas registradas no CadÚnico e uma estimativa de 4.327 no Censo SUAS. Além disso, seis municípios com PSR maior do que 100 pessoas no CadÚnico (variando de 101 a 637) não preencheram essa questão no Censo SUAS. Se os municípios acessam facilmente os registros do CadÚnico, através da ferramenta de Consulta, Seleção e Extração de Informações do CadÚnico (CECAD), não preencher o Censo SUAS, no caso de não ter levantamento próprio, não é problema.

O crescimento da PSR pode-se dar tanto por agravamento da situação socioeconômica quanto, em momento de pandemia, por dificuldades na atualização de cadastros e consequente manutenção de cadastros desatualizados.

¹¹ A consulta relativa a essa população, com dados referentes ao mês anterior, pode ser feita no tabulador do Cadastro Único (BRASIL, 2022).

Os dados do CadÚnico servem de base para diversas políticas públicas, por apresentarem o registro detalhado das pessoas cadastradas. Esse detalhamento é especialmente relevante no caso da população em situação de rua, em decorrência da já citada carência de dados. Apesar de ainda não abarcar todo esse público, os dados extrapolam a simples quantificação e fornecem a possibilidade de identificar as características e as particularidades dessa população tão heterogênea.

3 População em situação de rua

3.1 Gênero, faixa etária e raça

A maior parte da PSR é composta por homens, mais de 80% nos quatro estudos citados. O percentual de mulheres varia entre 13% e 18%. Segundo Quiroga e Novo (2009), a diferença expressiva de gênero não ocorre ao acaso, já que as condições da vida nas ruas são mais desafiadoras e violentas para as mulheres, além de ser uma realidade marcada por masculinização, preconceitos e sexualização (QUIROGA; NOVO, 2009).

Quadro 1

População em situação de rua (PSR), por gênero, no Brasil (2007-08), no Rio Grande do Sul (2022), na Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA) (2017) e em Porto Alegre (2007, 2011, 2016 e 2022)

PESQUISA	ABRANGÊNCIA	ANO	POPULAÇÃO RECENSEADA	HOMENS (%)	MULHERES (%)
Censo sobre a PSR	Nacional	2008	31.922	82	18
Cadastro FASC	Porto Alegre	2007	1.203	82	18
Cadastro FASC	Porto Alegre	2011	1.347	82	17
Cadastro FASC	Porto Alegre	2016	1.758	86	14
Mapeamento CAMP	RMPA	2017	611	84	16
Cadastro Único	RS	2022	7.346	88	12
Cadastro Único	Porto Alegre	2022	2.045	87	13

Fonte dos dados brutos: I Censo e Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua — 2007-08 (BRASIL, 2009). Pesquisa Perfil e Mundo dos Adultos em Situação de Rua de Porto Alegre — 2011 e 2016 (UFRGS, 2016). Mapeamento da População em Situação de Rua da RMPA — 2017 (CAMP, 2017). Cadastro Único de março de 2022 (BRASIL, 2022).

Segundo o Cadastro Único de março de 2022, em Porto Alegre, 87% da PSR eram compostos por homens e 13% por mulheres. Em todo o RS, 88% eram **homens**¹², sendo que, no Estado, eles nem sequer são maioria da população total estimada (49%) (RIO GRANDE DO SUL, 2020). Essa atualização para Porto Alegre parece reforçar a tendência de crescimento da proporção de homens na PSR percebida entre 2011 e 2016.

Entretanto, a distribuição de homens e mulheres por faixas etárias, segundo o Censo, variava: mulheres apresentavam concentração maior com relação aos homens nas faixas mais jovens: 21% *versus* 15% de homens na faixa entre 18 e 25 anos, 31% *versus* 28% de homens na faixa entre 26 e 35 anos (BRASIL, 2009).

Os dados da FASC demonstram que a PSR da capital está tornando-se mais velha (Tabela 1): a faixa etária mais jovem tem perdido participação, e a faixa dos mais velhos parece ter-se estabilizado, tendo aumentado, sobretudo, o percentual de pessoas entre 35 e 44 anos. Em 2022, no Cadastro Único, a faixa com maior

¹² Essa concentração mantém-se na RMPA e no restante do RS.

concentração era a de 45 a 59 anos. Além disso, a faixa de 60 anos ou mais tinha quase o dobro.

Tabela 1

População em situação de rua (PSR), por faixa etária, de acordo com a Fundação de Assistência Social e Cidadania (FASC) e o Cadastro Único, em Porto Alegre — 2007, 2011, 2016 e 2022

PESQUISA E ANO							(%)
	DE 0 A 17 ANOS	DE 18 A 24 ANOS	DE 25 A 34 ANOS	DE 35 A 44 ANOS	DE 45 A 59 ANOS	60 ANOS OU MAIS	NÃO SOUBE OU NÃO RESPONDEU
Cadastro FASC (2007)	-	20	30	22	22	3	3
Cadastro FASC (2011)	-	12	31	22	23	7	4
Cadastro FASC (2016)	-	10	28	29	25	7	-
Cadastro Único (2022)	2	3	17	30	36	12	-

Fonte dos dados brutos: Pesquisa Perfil e Mundo dos Adultos em Situação de Rua de Porto Alegre — 2011 e 2016 (UFRGS, 2016).

Cadastro Único de março de 2022 (BRASIL, 2022).

Nota: As faixas etárias do Mapeamento do Centro de Assessoria Multiprofissional (CAMP) da Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA) são diferentes, de modo que não podem ser comparadas com as demais. O percentual da faixa etária 60 anos ou mais, única faixa igual, converge com os demais números (7,7%).

No RS, adultos jovens entre 35 e 44 anos são mais frequentes na PSR (32%)¹³, ao passo que a população gaúcha nessa faixa etária responde por 15% (RIO GRANDE DO SUL, 2020).

Em relação à composição racial, os percentuais de pessoas negras na rua são bem mais altos do que seus percentuais na população geral. A entrevista da FASC permitia categorias de cor/raça diferentes das opções habitualmente utilizadas. Isso gerou divergências significativas em relação às outras pesquisas. Os cadastros de 2011 e 2016 indicam que cerca de 25% da PSR atribuiu-se “outra”, sendo “moreno(a)” a mais comum (representando 40% da categoria “outra”), além de “mulato”, “sará”, “marrom” e outros.

Tabela 2

População em situação de rua (PSR), por raça, de acordo com a Fundação de Assistência Social e Cidadania (FASC) em Porto Alegre (2007, 2011 e 2016) e o Mapeamento do Centro de Assessoria Multiprofissional (CAMP) na Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA) (2017)

PESQUISA E ANO						(%)
	NEGRA	BRANCA	INDÍGENA	AMARELA	OUTRA	NÃO SOUBE OU NÃO RESPONDEU
Cadastro FASC (2007) (1)	55	37	1	0	6	-
Cadastro FASC (2011)	33	31	2	1	26	8
Cadastro FASC (2016)	37	34	3	1	24	1
Mapeamento CAMP RMPA (2017)	52	46	1	0	-	1

Fonte dos dados brutos: Pesquisa Perfil e Mundo dos Adultos em Situação de Rua de Porto Alegre — 2011 e 2016 (UFRGS, 2016).

Mapeamento da População em Situação de Rua da RMPA — 2017 (CAMP, 2017).

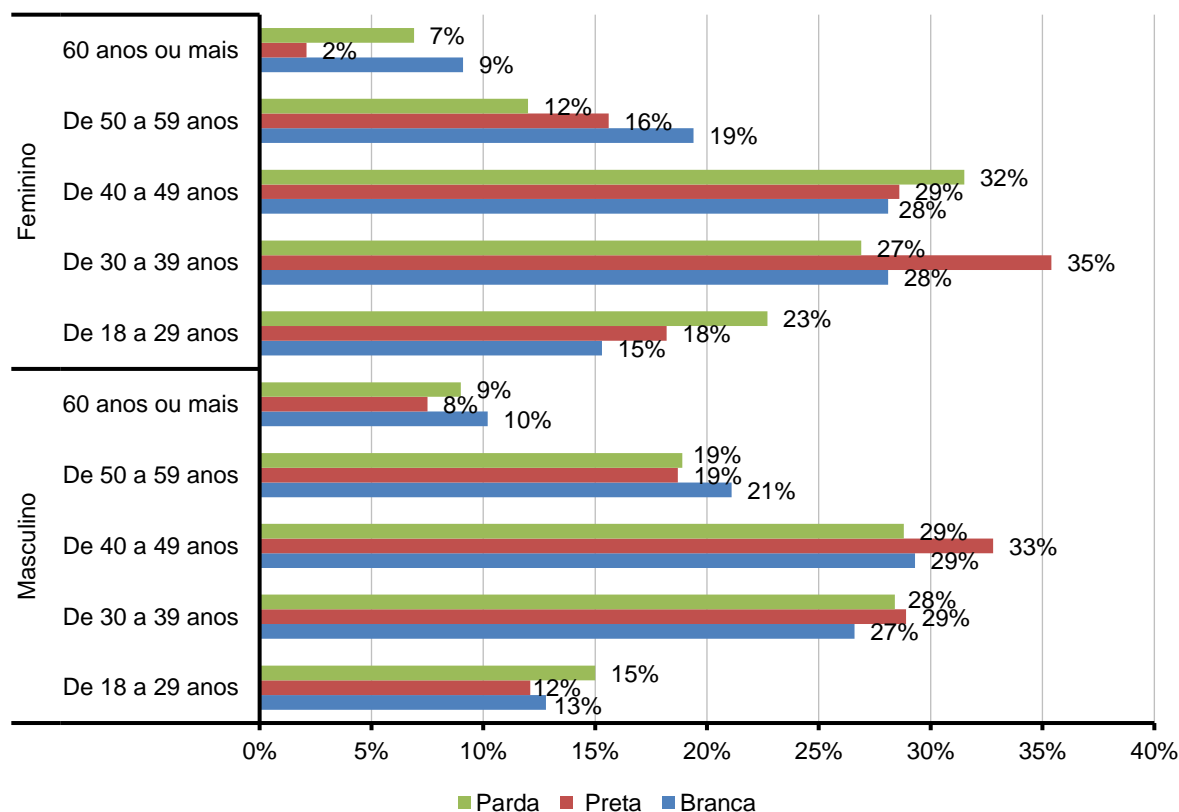
(1) Neste ano, a raça foi atribuída pelo pesquisador.

¹³ No RS, 110 são menores de idade, o que representa 1,5% da PSR cadastrada.

Quando se analisa todo o RS, de acordo com o Cadastro Único de março de 2022, 60% da PSR era composta por brancos e 40% por negros (17% pretos e 22% pardos) — quase o dobro da proporção de negros na população total do RS¹⁴. Os microdados do CadÚnico permitem ver essas variáveis cruzadas ao mesmo tempo (Gráfico 2)¹⁵.

Gráfico 2

Pessoas em situação de rua (PSR), por gênero, faixa etária e raça/cor, no Rio Grande do Sul — 2022



Fonte dos dados brutos: Cadastro Único de março de 2022 (BRASIL, 2022).

Proporcionalmente, **há menos mulheres brancas do que homens brancos em situação de rua: 61% versus 49%** respectivamente. Consequentemente, **há mais mulheres pretas (22% versus 16%) e mais mulheres pardas (28% versus 22%) do que homens auto classificados como pertencentes a essas raças**¹⁶. As mulheres brancas, como se pode ver no item 3.9, foram atendidas em maior proporção em Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) nos últimos seis meses, talvez conseguindo

¹⁴ De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) de 2019, 21% dos gaúchos eram negros (14,4% eram pardos, e 6,2% eram pretos; indígenas e amarelos não alcançam, juntos, 1%) (AUGUSTIN *et al.*, 2021).

¹⁵ Na RMPA, há menor concentração ainda de brancos entre a população em situação de rua (58%) do que no restante do RS (61%); há maior concentração de pretos (19% versus 14%), porém menor proporção de pardos (21% versus 24%).

¹⁶ O número de menores de 18 anos em situação de rua registrados no CadÚnico é de 67 meninos e 52 meninas. Amarelos e indígenas em situação de rua totalizam 18 e 34 homens, respectivamente, e 3 e 5 mulheres, muito poucos casos para que seja possível estratificar por faixa etária, por exemplo.

mais acesso a políticas sociais que contribuam para que elas permaneçam menos tempo nas ruas.

Também há mais mulheres mais jovens, comparativamente aos homens, entre 18 e 29 anos e menos nas faixas de 50 anos ou mais, em linha com as características que a PSR nacional já apresentava há mais de uma década (Gráfico 2). Dentre as mais jovens, destacam-se as pardas. Na faixa etária das adultas entre 30 e 39 anos, as pretas têm a maior proporção. Entre os homens, há maior proporção de pretos na faixa entre 40 e 49 anos. Nas demais faixas etárias, a diferença de concentração das raças é sempre menor do que quatro pontos percentuais.

Os dados relativos aos filhos demonstram as diferenças entre experiências: 20% das mulheres declararam ser responsáveis por alguma criança e/ou adolescente, percentual que foi de 4,3% entre os homens, segundo o Censo Nacional. Em Porto Alegre (UFRGS, 2016), 83% das mulheres afirmaram ter filhos, contra 75% dos homens, porém o filho fica sob responsabilidade da mãe segundo 60% dos entrevistados.

3.2 Escolaridade

O ensino fundamental incompleto era o grau de instrução de cerca de metade da PSR em todas as pesquisas (entre 46% e 57%). Esse número é significativamente pior que o da população em geral, segundo da PNAD Contínua de 2016, na qual 38% da população, tanto brasileira quanto gaúcha, com mais de 14 anos de idade, não havia completado o ensino fundamental.

Tabela 3

População em situação de rua (PSR), por escolaridade, de acordo com o Censo Nacional no Brasil (2007-08), o Mapeamento do Centro de Assessoria Multiprofissional (CAMP) na Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA) (2017) e a Fundação de Assistência Social e Cidadania (FASC) em Porto Alegre (2007, 2011 e 2016)

(%)

ESCOLARIDADE	PESQUISA				
	Censo Nacional (2008)	Cadastro FASC (2007)	Cadastro FASC (2011)	Cadastro FASC (2016)	Mapeamento CAMP RMPA (2017)
Não alfabetizado	-	16	14	6	2
Fundamental incompleto	48	46	50	57	55
Fundamental completo	10	13	13	13	11
Médio incompleto	4	9	7	10	11
Médio completo	3	6	7	10	15
Superior incompleto	1	2	2	2	2
Superior completo	1	1	1	1	2
Nunca foi à escola	15	-	-	1	-
Não soube ou não respondeu ...	18	7	5	0	0

Fonte dos dados brutos: I Censo e Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua — 2007-08 (BRASIL, 2009). Pesquisa Perfil e Mundo dos Adultos em Situação de Rua de Porto Alegre — 2011 e 2016 (UFRGS, 2016). Mapeamento da População em Situação de Rua da RMPA — 2017 (CAMP, 2017).

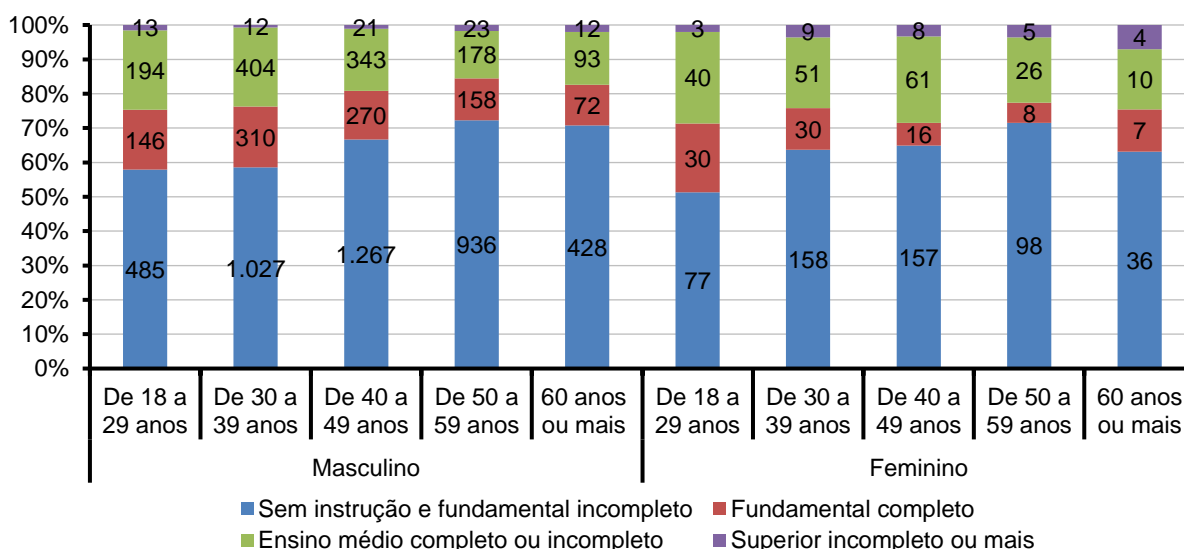
Porém o povo da rua gaúcho tende a acessar mais o ensino médio, se comparado com os índices levantados pelo Censo Nacional. Ainda assim, os números estão bem abaixo das médias nacional e estadual, nas quais 30% da população em geral tinham ensino médio completo (IBGE, 2016a)¹⁷.

Os cadastros da FASC indicam que houve uma redução para quase um terço da população em situação de rua não alfabetizada entre 2007 e 2016, alcançando 6%. A diminuição alcançou percentual abaixo da média nacional de analfabetismo da população geral na época, 6,7%, mas ainda era mais alta que a taxa estadual, 3% (IBGE, 2016b). No Cadastro Único de março de 2022, apenas 2% frequentavam a escola. Além disso, 10% não possuíam qualquer escolaridade (10%), e 55%, apenas ensino fundamental incompleto.

As categorias de escolaridade foram reagrupadas para que fosse possível abrir os dados por mais de uma variável ao mesmo tempo¹⁸.

Gráfico 3

Escolaridade da população em situação de rua (PSR), por gênero e faixa etária, no Rio Grande do Sul — 2022



Fonte dos dados brutos: Cadastro Único de março de 2022 (BRASIL, 2022).

As mais baixas escolaridades são em proporção maior entre os mais velhos (Gráfico 3), como a população em geral. O ensino fundamental completo e o médio ocupam proporções maiores entre os mais jovens. Na faixa entre 18 e 29 anos, as mulheres têm níveis mais altos de escolaridade do que os homens. A situação inverte-se na faixa seguinte, entre 30 e 39 anos, quando os homens têm escolaridade um pouco maior¹⁹.

¹⁷ O acesso ao ensino superior dificilmente alcança 2%. Aqueles que concluem não representam 1%, exceto no Mapeamento do Centro de Assessoria Multiprofissional (CAMP) (2017), muito abaixo das médias nacional e estadual, 12% e 13% respectivamente (IBGE, 2016a).

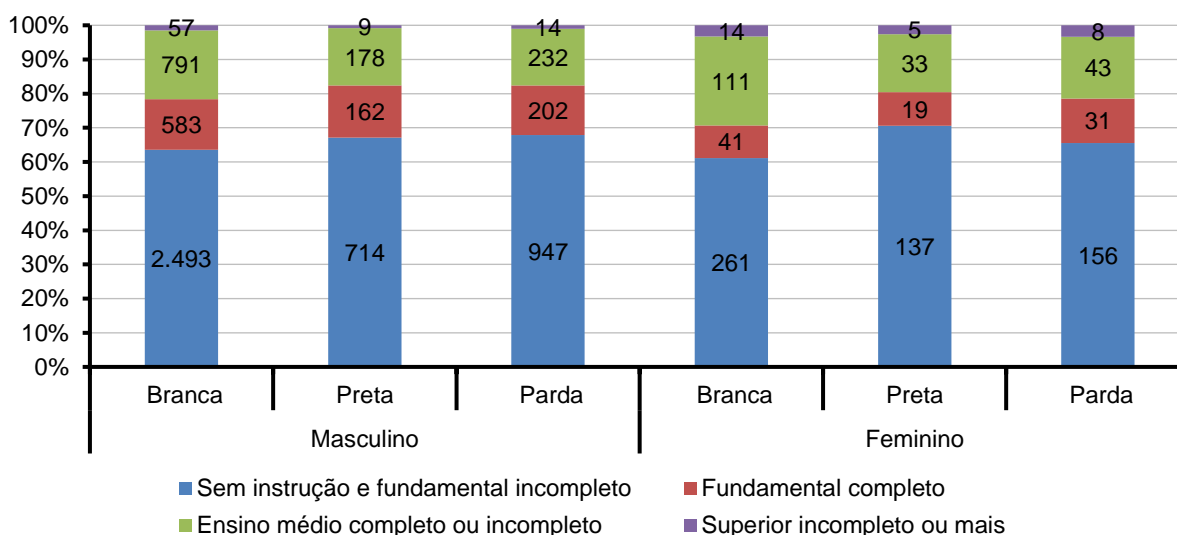
¹⁸ Os casos de ensino superior, sobretudo das mulheres, são tão poucos que comparações são desaconselhadas.

¹⁹ Há diferença também na faixa de mais de 60 anos, mas esta pode-se dar em função do número menor de mulheres.

O Gráfico 4 aponta que **há maior escolaridade proporcionalmente no caso dos brancos** (homens e mulheres), do que entre os negros — no caso das mulheres, as pardas apresentam escolaridade um pouco maior do que as pretas, e, no caso dos homens, a lógica inverte-se.

Gráfico 4

Escolaridade da população em situação de rua (PSR), por gênero e raça, no Rio Grande do Sul — 2022



Fonte dos dados brutos: Cadastro Único de março de 2022 (BRASIL, 2022).

3.3 Tempo na rua

Em relação ao tempo em situação de rua, o Censo Nacional identificou que, em 2007 e 2008, 33% das pessoas estavam há menos de um ano em situação de rua, 33% entre um e cinco anos, e 30% há mais de cinco anos (Tabela 4).

Tabela 4

População em situação de rua (PSR), por tempo na rua, de acordo com o Censo Nacional no Brasil (2007-08), o Mapeamento do Centro de Assessoria Multiprofissional (CAMP) na Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA) (2017) e a Fundação de Assistência Social e Cidadania (FASC) em Porto Alegre (2007, 2011 e 2016)

TEMPO NA RUA	PESQUISA				
	Censo Nacional (2008)	Cadastro FASC (2007)	Cadastro FASC (2011)	Cadastro FASC (2016)	Mapeamento CAMP RMPA (2017)
Menos de 1 ano	33	29	22	25	40
Entre 1 e 5 anos	33	28	30	27	28
Entre 5 e 10 anos	(1)30	18	18	19	12
Entre 10 e 20 anos	(1) -	14	16	19	12
Mais de 20 anos	(1) -	6	10	10	6
Não soube ou não respondeu ...	4	4	4	-	3

Fonte dos dados brutos: I Censo e Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua — 2007-08 (BRASIL, 2009). Pesquisa Perfil e Mundo dos Adultos em Situação de Rua de Porto Alegre — 2011 e 2016 (UFRGS, 2016). Mapeamento da População em Situação de Rua da RMPA — 2017 (CAMP, 2017).

Nota: Os dados do Censo Nacional foram divulgados agrupados, com a terceira categoria englobando cinco anos ou mais.

Os cadastros de Porto Alegre (UFRGS, 2016) registraram percentuais menores em relação ao número de pessoas há menos tempo em situação de rua. Há, certamente, peculiaridades quando uma pesquisa é feita em mais municípios ou exclusivamente na capital, como apontou o modelo para estimar os dados não existentes na seção anterior.

Já o mapeamento da RMPA apontou um percentual significativamente maior de pessoas há menos de um ano na rua. Possivelmente, essas diferenças podem ser explicadas porque, nesse caso, as entrevistas foram realizadas nos equipamentos públicos de atendimento. Desse modo, é possível que muitas pessoas que estão há mais tempo e não utilizem serviços públicos com frequência não tenham sido incluídas.

No RS, em março de 2022, entretanto, **40% se encontravam em situação de rua no ano anterior ao cadastramento²⁰, padrões que se repetem também para a capital (35%) e para a RMPA (39%)** — número significativamente maior ao encontrado na capital em 2017, mas igual ao encontrado na RMPA, que também acessou pessoas que normalmente chegam até o atendimento de algum equipamento.

Ao que tudo indica, a proporção maior de pessoas com mais tempo de rua está entre aquelas que o Cadastro Único não **mapeia**, o que parece apontar para a falta de cobertura em alguns lugares mais do que para a falta de pronto atendimento para aqueles que se veem em situação de rua, já que, nos dados do CadÚnico, há, inclusive, uma associação, embora fraquíssima, entre ser atendido por algum equipamento de assistência nos últimos seis meses e maior tempo de rua (0,057 no nível de 0,01).

Outras correlações significativas no nível 0,01 similares: entre mulheres e menor tempo de permanência nas ruas (-0,069), entre idade e tempo de permanência nas ruas (0,190), entre não brancos e o tempo de rua (0,034), entre a menor escolaridade e o maior tempo em situação de rua (-0,158)²¹.

3.4 Localização e migrações

Quase a metade das pessoas em situação de rua sempre viveu no município em que foi entrevistada, mais de um terço era originária de outros municípios no mesmo estado. Das pessoas vindas de outros municípios, de acordo com o Censo Nacional²², 72% vinham de áreas urbanas e 60% não dormiam na rua ou em albergue anteriormente à mudança de município, indicando associação entre a troca de cidade e a situação de rua (BRASIL, 2009). Aqueles vindos de outro estado, em Porto Alegre ou na RMPA, em geral, ficavam abaixo de 8% (Tabela 5).

²⁰ 28% estavam na rua por um período de até seis meses, e 13%, entre seis meses e um ano.

²¹ Controlada por sexo, quase não há mudança no coeficiente, possivelmente devido ao fato de que as mulheres são uma parte muito pequena das pessoas analisadas.

²² Entre a população de rua, existem, também, os chamados “trecheiros”, pessoas que se deslocam de cidade em cidade. Esses representaram 12% dos recenseados pelo Censo Nacional (viveram em seis ou mais cidades).

Tabela 5

População em situação de rua (PSR), por local de nascimento, de acordo com o Censo Nacional no Brasil (2007-08), o Mapeamento do Centro de Assessoria Multiprofissional (CAMP) na Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA) (2017) e a Fundação de Assistência Social e Cidadania (FASC) em Porto Alegre (2007 e 2016)

LOCAL DE NASCIMENTO	PESQUISA			
	Censo Nacional (2008)	Cadastro FASC (2007)	Cadastro FASC (2016)	Mapeamento CAMP RMPA (2017)
Município da entrevista	46	42	49	45
Outro município do estado	30	45	42	32
Outro estado	-	7	7	8
Outro país	-	1	1	1
Não soube ou não respondeu ...	-	5	1	0

Fonte dos dados brutos: I Censo e Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua — 2007-08 (BRASIL, 2009). Pesquisa Perfil e Mundo dos Adultos em Situação de Rua de Porto Alegre — 2011 e 2016 (UFRGS, 2016). Mapeamento da População em Situação de Rua da RMPA — 2017 (CAMP, 2017).

A maioria dos mapeados no CadÚnico de março de 2022, 56%, vivia na RMPA (que concentra 43% da população das cidades que registraram PSR no RS). No Rio Grande do Sul, mais de 70% da população em situação de rua encontrava-se em cidades com mais de 100.000 habitantes, frente à concentração de 54% da população nesses municípios, em linha com o que foi encontrado pelas estimativas anteriores de maior proporção da população em situação de rua em grandes cidades (NATALINO, 2016). A maior das correlações encontradas, no entanto, é entre a população geral do município e a PSR (0,751).

Entre os municípios com maior número absoluto de PSR (Tabela 6), a taxa por 1.000 habitantes, que indica maiores concentrações dessa população cadastrada, varia bastante.

Dos cadastrados que têm município de nascimento registrado²³, 43% sempre moraram no mesmo município. Esses percentuais variam amplamente nos municípios, de 100% de pessoas nascidas e residentes em cidades nas quais há de uma a três pessoas em situação de rua até menos de 10% em cidades litorâneas, como Imbé, Torres, Capão da Canoa e Tramandaí, ou ainda em Cachoeirinha, na RMPA (Tabela 6). Outros dos municípios da RMPA têm mais da metade de imigrantes, como Guaíba, Canoas, São Leopoldo, Sapucaia do Sul, Novo Hamburgo, Esteio, Gravataí, Viamão e Alvorada. O mesmo ocorre com municípios da Região Metropolitana da Serra Gaúcha, Caxias do Sul e Bento Gonçalves. Por outro lado, Uruguaiana, Cachoeira do Sul, Pelotas e Rio Grande quase não apresentaram PSR migrante.

Há uma correlação fraca entre municípios com menores percentuais de PSR que nasceu no mesmo município no qual reside e taxas maiores de PSR por 1.000 habitantes (-0,407, significativa no nível de 0,01).

²³ Apenas 220 não possuem.

Tabela 6

Municípios com mais de 50 pessoas registradas como população em situação de rua (PSR), taxa PSR (por 1.000 habitantes) e PSR não migrante no Rio Grande do Sul — 2022

MUNICÍPIO	PSR	TAXA PSR (por 1.000 habitantes)	PSR NÃO MIGRANTE (%)
Porto Alegre	2.045	1,4	56
Caxias do Sul	610	1,3	36
Rio Grande	268	1,3	66
Novo Hamburgo	263	1,0	29
Gravataí	255	0,9	19
Pelotas	254	0,7	71
São Leopoldo	234	1,0	38
Sapucaia do Sul	199	1,4	30
Canoas	198	0,6	38
Alvorada	167	0,8	13
Santa Maria	159	0,6	57
Torres	157	3,8	9
Passo Fundo	151	0,7	53
Santa Cruz do Sul ..	132	1,0	51
Viamão	120	0,5	14
Esteio	119	1,4	23
Capão da Canoa	115	2,1	7
Guaíba	108	1,1	41
Cachoeirinha	108	0,8	5
Uruguaiana	83	0,7	78
Bento Gonçalves	79	0,6	13
Cachoeira do Sul	77	0,9	74
Campo Bom	71	1,1	34
Tramandaí	66	1,3	3
Vacaria	66	1,0	32
Erechim	65	0,6	51
Osório	64	1,4	17
Taquara	59	1,0	31
Imbé	58	2,4	0

Fonte dos dados brutos: Cadastro Único de março de 2022 (BRASIL, 2022).
PopVis (Rio Grande do Sul, 2020).

Nota: Em cinza, os municípios com taxa de PSR por 1.000 habitantes maior do que 1.

Mais da metade (56%) da PSR identificada vivia no município no qual foi cadastrada há mais de 10 anos e apenas 26% até um ano²⁴. Logo, os migrantes recentes de outros municípios representavam um quarto da população em situação de rua gaúcha. Os microdados do CadÚnico permitem que também sejam relacionados o tempo no município com o tempo de rua (Tabela 7). Dos que estão na rua por um período de até seis meses, quase a metade (45%) tinha cadastro no município há mais de 10 anos, isto é, não eram pessoas novas na cidade; outros 38% estavam no cadastro do município há menos de seis meses, logo, migraram de outros municípios. Apenas 11% daqueles que estavam na rua há mais de 10 anos estavam no município

²⁴ 20,2% até seis meses, e 5,9% entre seis meses e um ano.

há apenas seis meses. Quanto mais cresce o tempo de situação de rua, maior é a proporção de pessoas que estavam há mais de 10 anos no município (entre seis meses e um ano são 54%, e mais de 10 anos, 74%), apontando uma população permanente da cidade. Há associação entre o tempo de rua e o tempo no município (0,244, significativa no nível 0,01), indicando variação conjunta.

Tabela 7

Distribuição da população em situação de rua (PSR), segundo o tempo de rua e o tempo no município, no Rio Grande do Sul — 2022

(%)

TEMPO NO MUNICÍPIO	TEMPO DE RUA					
	Até 6 meses	De 6 meses a 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos	Entre 5 e 10 anos	Mais de 10 anos
Até 6 meses	38	16	14	12	13	11
De 6 meses a 1 ano	4	16	6	4	4	4
Entre 1 e 2 anos	3	5	14	5	3	2
Entre 2 e 5 anos	4	5	6	14	7	3
Entre 5 e 10 anos	5	4	5	7	13	5
Mais de 10 anos	45	54	55	57	60	74

Fonte dos dados brutos: Cadastro Único de março de 2022 (BRASIL, 2022).

Há diferenças ainda por gênero: 27% dos homens estavam na rua há menos de seis meses, ao passo que, entre as mulheres, 36% estavam na rua há menos de meio ano. **Essa concentração maior aponta para menor permanência na rua por parte das mulheres.** Da mesma forma, há disparidades ainda mais importantes entre as faixas etárias: **os mais jovens (entre 18 e 29 anos) são aqueles que concentram 42% das pessoas com até seis meses de rua.** Em parte, porque são jovens, não poderiam acumular muito tempo de rua.

3.5 Motivos para a situação de rua

As pesquisas indicam que os principais motivos que levam à situação de rua são problemas de alcoolismo e/ou drogas, problemas familiares e desemprego (Tabela 8): 71% dos recenseados pelo I Censo Nacional citaram pelo menos um desses três motivos. Outras razões citadas são separações conjugais, perda de moradia, morte de familiares e, também, opção.

Tabela 8

Distribuição da população em situação de rua (PSR), segundo motivos de ida para a rua, de acordo com o Censo Nacional no Brasil (2007-08), o Mapeamento do Centro de Assessoria Multiprofissional (CAMP) na Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA) (2017) e a Fundação de Assistência Social e Cidadania (FASC) em Porto Alegre (2016)

MOTIVOS	CENSO NACIONAL (2008) (1)	CADASTRO FASC (2016)	MAPEAMENTO CAMP RMPA (2017) (2)
Uso de álcool e/ou outras drogas	35	25	37
Problemas familiares	29	(3)25	33
Desemprego/endividamento	30	11	25
Separação conjugal	-	10	12
Perda de familiares	-	7	11
Doença	-	1	3
Perda de moradia	-	5	-
Violência doméstica/sexual	-	-	4
Por opção	-	5	-
Outros	-	6	17
Não respondeu	-	-	5

Fonte dos dados brutos: I Censo e Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua — 2007-08 (BRASIL, 2009). Pesquisa Perfil e Mundo dos Adultos em Situação de Rua de Porto Alegre — 2011 e 2016 (UFRGS, 2016).

Mapeamento da População em Situação de Rua da RMPA — 2017 (CAMP, 2017).

(1) Não há informações sobre outros motivos no relatório do Censo Nacional. (2) As perguntas do mapeamento da RMPA não são de múltipla escolha de seleção única, logo, ultrapassam os 100%. (3) Na categoria problemas familiares da FASC, foram englobadas as respostas relativas a conflitos e/ou maus tratos na família (violência) (12%); não tinha família, não se sente bem na família (6%); expulsão de casa (3%); uso de drogas/alcoolismo na família de origem (3%); família envolvida com o tráfico (1%).

Quiroga e Novo (2009) destacam que, no I Censo Nacional, 22% das mulheres indicaram que a principal razão para terem ido para as ruas foi a perda de moradia, reforçando a expectativa de que as mulheres veem a rua apenas como a última opção, diferentemente de muitos homens que vinculam a rua à noção de liberdade (em geral, não é a principal razão da ida para as ruas, mas de permanência).

O Cadastro Único de março de 2022 aponta que:

- a) os problemas familiares levaram 48% para a situação de rua — nas pesquisas realizadas em Porto Alegre e na RMPA anteriormente, separações conjugais estavam separadas desses problemas, assim como as perdas de familiares (Tabela 8), o que possivelmente explica as diferenças para os dados do CadÚnico;
- b) o alcoolismo, 36% (número próximo ao Censo e ao último levantamento de 2017);
- c) o desemprego, 32% (motivo que tinha deixado de ser tão expressivo em 2013 e 2014, mas que passou a crescer desde então); e
- d) a perda de moradia, 28%.

Os demais motivos (em função de ameaça, por motivo de saúde, de trabalho e de preferência) não ultrapassaram os 5%²⁵. Políticas de habitação de interesse social e de reinserção no mercado de trabalho talvez pudessem ter evitado que metade

²⁵ Cerca de 3% não sabiam ou não responderam.

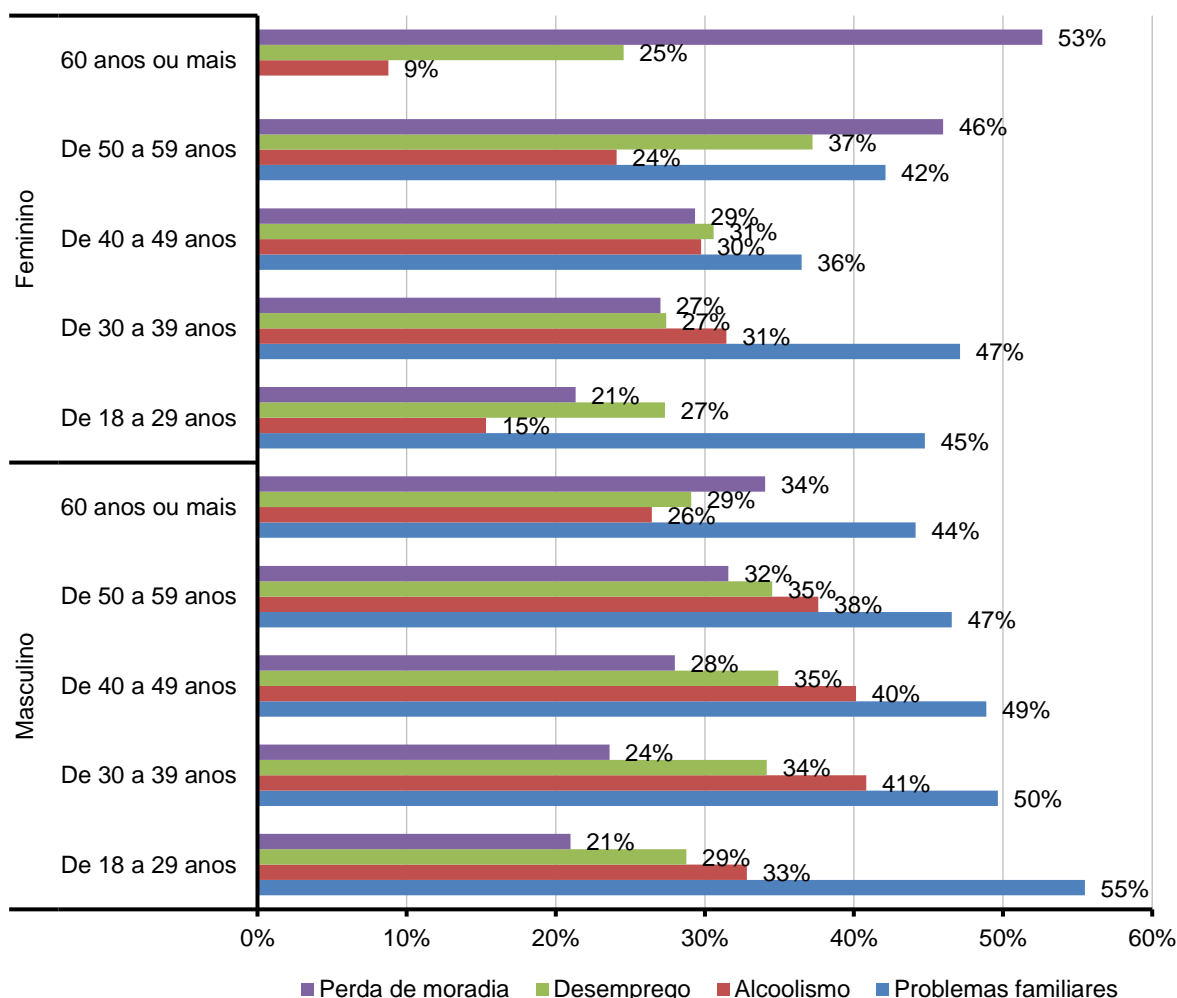
(50%) da PSR chegasse a esse ponto. Políticas amplas de reabilitação e recomposição de laços familiares, por outro lado, poderiam ter prevenido que mais da metade da população em situação de rua chegasse a esse extremo de vulnerabilidade (66%).

Apenas 8% dos registrados viviam com a família na rua²⁶, e outros 5% tinham contato todos os dias com parente fora de situação de rua. Porém 58% não tinham contato nunca ou quase nunca com a família fora de situação de rua.

A perda da moradia foi o motivo que mais levou as mulheres (Gráfico 5), sobretudo adultas mais velhas (mais de 50 anos), a morarem na rua, em linha com o que já tinham levantado Quiroga e Novo (2009). Tal problema não tinha a mesma dimensão para os homens — terceiro motivo mais significativo —, embora as faixas etárias mais velhas também sofressem com esse problema proporcionalmente mais.

Gráfico 5

Motivos para morar na rua, por gênero e faixa etária, no Rio Grande do Sul — 2022



Fonte dos dados brutos: Cadastro Único de março de 2022 (BRASIL, 2022).

Para os homens, os problemas familiares eram os que mais os motivavam a morar na rua. Como as autoras citadas tinham especulado, talvez, para os homens, a

²⁶ A composição familiar dessas 279 pessoas que vivem em 122 famílias é de 38% de pessoa de referência, 22% de cônjuge e 38% de filho ou filha. Os demais laços com a pessoa de referência não alcançam 1%.

rua esteja mais associada à ideia de liberdade. Porém, destaca-se que o problema é grande, sobretudo para idosos, pessoas ainda mais vulneráveis.

Os **problemas familiares** não eram inexpressivos **entre as mulheres: eram o segundo com mais destaque**, sendo frequente, inclusive, entre as mais jovens. No que diz respeito aos **homens, o alcoolismo foi o segundo** motivo a levar maiores proporções deles às ruas, sobretudo aqueles entre 30 e 59 anos²⁷.

Para as **mulheres, o terceiro motivo** com mais expressão era o **desemprego**, com destaque para a faixa de 50 a 59 anos, quando é mais difícil a realocação no mercado e ainda não é possível contar com Benefício de Prestação Continuada (BPC) ou Previdência. O desemprego para os homens é um problema que se destaca entre as faixas intermediárias de idade (30 a 59 anos). O alcoolismo, no caso das mulheres, tem maior concentração na faixa dos 30 a 49 anos.

Entre os homens, havia pouca variação entre as raças. Entre as mulheres, as pretas alegaram problemas familiares como motivo para morar na rua com mais frequência (47%) do que as demais (41-2%) e menos alcoolismo (20%) do que as brancas (24%) e as pardas (27%).

Tanto os problemas familiares quanto o alcoolismo estão associados, ainda que de maneira muito fraca (0,123 e 0,209), **ao tempo de rua**, isto é, foram os motivos mais apresentados por aqueles que estão há mais tempo em situação de rua. O desemprego, ao contrário, apresenta relação inversa, ainda que igualmente muito fraca (-0,111): havia mais indivíduos cujo motivo foi desemprego com menos tempo de rua²⁸, já que pode ser um problema bem mais transitório do que recompor vínculos familiares ou tratar o alcoolismo. A perda da moradia não mostrou associação com o tempo que a pessoa se encontra em situação de rua.

3.6 Tipos de deficiência

Quase um quarto da PSR do RS (24%) apresentava algum tipo de deficiência autodeclarada²⁹, segundo o Cadastro Único de março de 2022 — contra 11% do cadastro como um todo e 0,64% na população total gaúcha, segundo dados de 2010 (IBGE, 2010). **Deficiência física foi a mais comum encontrada entre a PSR (13%)**. Também significativas são a baixa visão (4,4%), o **transtorno mental³⁰ (4,6%)**

²⁷ Dependência química/álcool teve 58% de respostas positivas no levantamento da UFRGS (2016), em relação a doenças ou problemas de saúde — percentual que vem crescendo a cada levantamento. Além de motivo inicial para parte significativa da PSR ir para a rua, podem ser desenvolvidos posteriormente, em função das condições a que ficam submetidos na situação de rua. Segundo esse relatório, proporção maior de jovens entre 25 e 34 consome cigarros, maconha e craque todos os dias ou de vez em quando, ao passo que proporção maior de adultos entre 45 e 59, bebidas alcoólicas todos os dias.

²⁸ Significativas no nível de 0,01.

²⁹ No CadÚnico geral, entre os extremamente pobres e pobres, havia entre 6% e 5% de pessoas com deficiência. A proporção delas era maior entre aqueles com renda acima de meio salário mínimo — 22% (possivelmente, em função da necessidade de cadastramento para o Benefício de Prestação Continuada). A deficiência física alcança 5% de cadastrados em geral, a mental, 3%, e o transtorno mental, 2%.

³⁰ Afeta o funcionamento emocional, social, cognitivo e comportamental — os indivíduos podem apresentar instabilidade de humor e fortes alterações emocionais, perder a noção da realidade e assumir a personalidade de outras pessoas—; inclui doenças psicóticas, autismo, distúrbios psiconeuróticos, cerebrais degenerativos, de conduta e de personalidade (BRASIL, 2017).

e a deficiência mental³¹ (4%). Entre os que possuem alguma deficiência, a média de recebimento de aposentadoria, pensão ou BPC é de R\$ 215,68, ao passo que, entre aqueles que sem deficiência, é de R\$ 65,43.

A presença ou a ausência de deficiência, de modo geral, não possui diferença significativa entre as raças (não alcança 0,5% ponto percentual). Quanto ao gênero, **há mais mulheres que declararam ter alguma deficiência (27%)** do que homens (24%). No levantamento realizado na capital, observou-se que a possível maior inserção das mulheres em serviços de saúde pode resultar em maior acesso a diagnósticos médicos (UFRGS, 2016). Nos seis meses anteriores ao cadastramento ou sua atualização, segundo o CadÚnico, de modo geral, as mulheres da PSR tiveram maior atendimento de saúde (seção 3.9).

Por faixa etária, a faixa entre 40 e 49 anos encontra-se próxima da média de PSR com deficiência (25%), ao passo que as faixas menores variam de 14% a 17% e as maiores de 35% a 38%. Em relação, especificamente, à **deficiência física**, a que alcançava parte mais significativa da população em situação de rua, o comportamento relativo às faixas etárias é o mesmo: **menor do que a média nas faixas entre 18 e 39 anos** e maior do que a média nas faixas maiores de 50. Porém, ao contrário do caso de deficiências em geral, **as mulheres possuíam menor proporção de deficiência física** entre a população em situação de rua (10% *versus* 13% dos homens).

Inclusive, em levantamento anterior, o segundo maior problema de saúde levantado pelas mulheres eram as doenças mentais (49%). Para os homens, entre as três doenças mais importantes, encontravam-se, além das dores no corpo e dos problemas nos dentes — igualmente importantes para as mulheres —, o alcoolismo e/ou a dependência química (62%) (UFRGS, 2016). Nos dados de março de 2022 do Cadastro Único, 9% das mulheres em situação de rua responderam que tinham transtorno mental, ao passo que 4% dos homens responderam o mesmo.

3.7 Local utilizado para dormir

O Censo Nacional identificou que 47% das pessoas entrevistadas preferiam dormir na rua e 43% em albergues. Os principais motivos apontados para a preferência pela rua são: falta de liberdade em albergues, rotina de horários e proibição do uso de álcool e drogas. A dificuldade para conseguir vagas também foi colocada pelos entrevistados. Aqueles que preferem dormir nas instituições apontaram a violência e o desconforto como principais motivos para não preferirem as ruas.

A Tabela 9 mostra mais de 50% da PSR de Porto Alegre pernoitando em calçadas, praças, viadutos e outros lugares de risco, entre 25% e 30% em albergues e abrigos. Os motivos apresentados para a não utilização de albergues ou abrigos com frequência são similares às do Censo Nacional³². Outro motivo mencionado por

³¹ Atraso no desenvolvimento global e intelectual, maior dificuldade com autocuidados, comunicação e sociabilidade, o que pode dificultar a aprendizagem e a adaptação da pessoa ao meio em que vive (BRASIL, 2017).

³² Regras rígidas, falta de liberdade, suspensão (21%), dificuldade para conseguir vagas (13%), horários restritos (12%), proibição do uso de álcool e drogas (5%).

número significativo de respondentes (16%) foi o tratamento hostil por administradores e/ou hostilidade interna — racismo, maus tratos, brigas, roubos.

Tabela 9

Distribuição da população em situação de rua (PSR), segundo local mais utilizado para pernoite, de acordo com a Fundação de Assistência Social e Cidadania (FASC) em Porto Alegre — 2007, 2011 e 2016

LOCAL DE PERNOITE	CADASTRO FASC (2007)	CADASTRO FASC (2011)	CADASTRO FASC (2016)
Calçadas/praças/viadutos	54	51	57
Albergues/abrigos	25	31	27
Hotéis/pensões	3	2	4
Na própria casa	4	4	4
Casa de amigos/parentes	3	2	2
Não soube ou não respondeu	6	5	4

Fonte dos dados brutos: Pesquisa Perfil e Mundo dos Adultos em Situação de Rua de Porto Alegre — 2011 e 2016 (UFRGS, 2016).

No Mapeamento CAMP RMPA (2017), 72% dos entrevistados apontaram albergues/abrigos como locais nos quais dormem com frequência, e 58% responderam ruas/viadutos/praças³³. Além disso, os albergues tinham 74% de avaliações positivas, e 87% dos entrevistados já havia utilizado esse serviço.

No Cadastro Único de março de 2022, 55% dormiam na rua. Desses, a maioria (77%) o fazia todos os dias. Albergues eram utilizados por 40%, sendo que, desses, também a maioria (74%) utilizava todos os dias. Domicílio particular (com pouso não necessariamente assegurado, nem sempre o mesmo) é opção para apenas 5%, sendo que 48% desses dorme todos os dias.

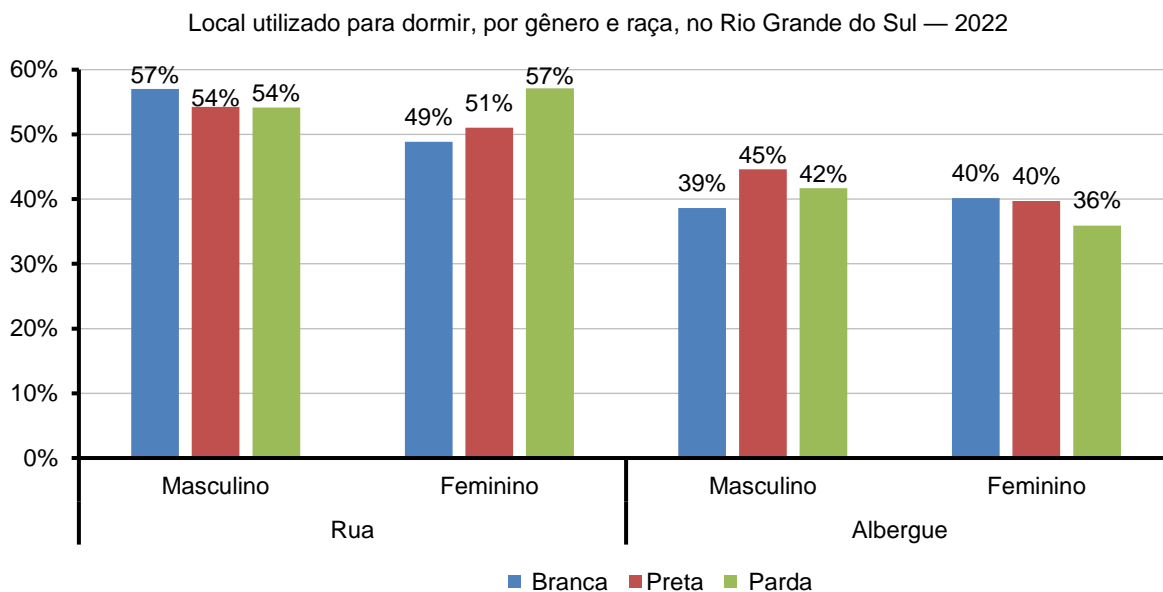
O tempo no qual mora no município não tem associação com dormir em albergue, mas o tempo no qual vive na rua tem correlação inversa com dormir em albergue (-0,107 significativa no nível de 0,01), ou seja, quanto mais tempo na rua, menor quantidade de pessoas em situação de rua tem costume de dormir em albergue.

Abrindo os microdados, por gênero e raça, como se observa no Gráfico 6, à exceção das mulheres pardas (57%), homens dormiam proporcionalmente mais na rua (brancos e pretos, 57% e 54% respectivamente). Maior proporção entre os homens pretos dormia em albergues (45%)³⁴ e menor proporção entre mulheres pardas (36%), já que maior proporção delas dormia na rua. Poucas pessoas em situação de rua dormem em domicílio particular (cerca de 5%), por esse motivo esses dados não foram abertos por gênero e raça.

³³ A pergunta era de múltipla escolha de seleção múltipla, logo, a soma dos percentuais excede 100%.

³⁴ Quando perguntados sobre o atendimento por instituições governamentais (albergues e/ou abrigos) nos últimos seis meses, o resultado é semelhante: atendem mais homens, e sobretudo pretos e pardos, em relação a mulheres das mesmas raças.

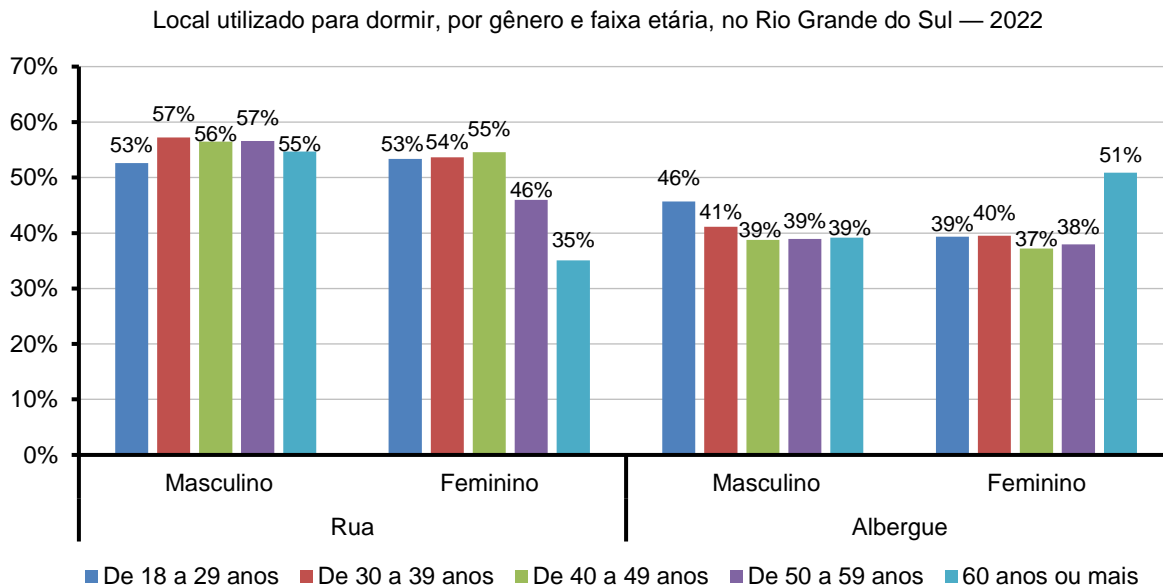
Gráfico 6



Fonte dos dados brutos: Cadastro Único de março de 2022 (BRASIL, 2022).

No caso dos homens que dormem na rua, há pouca diferença entre as faixas etárias (Gráfico 7).

Gráfico 7



Fonte dos dados brutos: Cadastro Único de março de 2022 (BRASIL, 2022).

Em relação às mulheres, há disparidades entre as faixas mais jovens e as mais velhas (mulheres com 50 anos ou mais tendem a dormir menos na rua)³⁵. As de 60 anos ou mais também são aquelas que usam, proporcionalmente, mais albergues para passar as noites.

³⁵ Ao todo, há 137 mulheres na faixa de 50 a 59 anos no Cadastro Único em situação de rua e 57 com 60 anos ou mais.

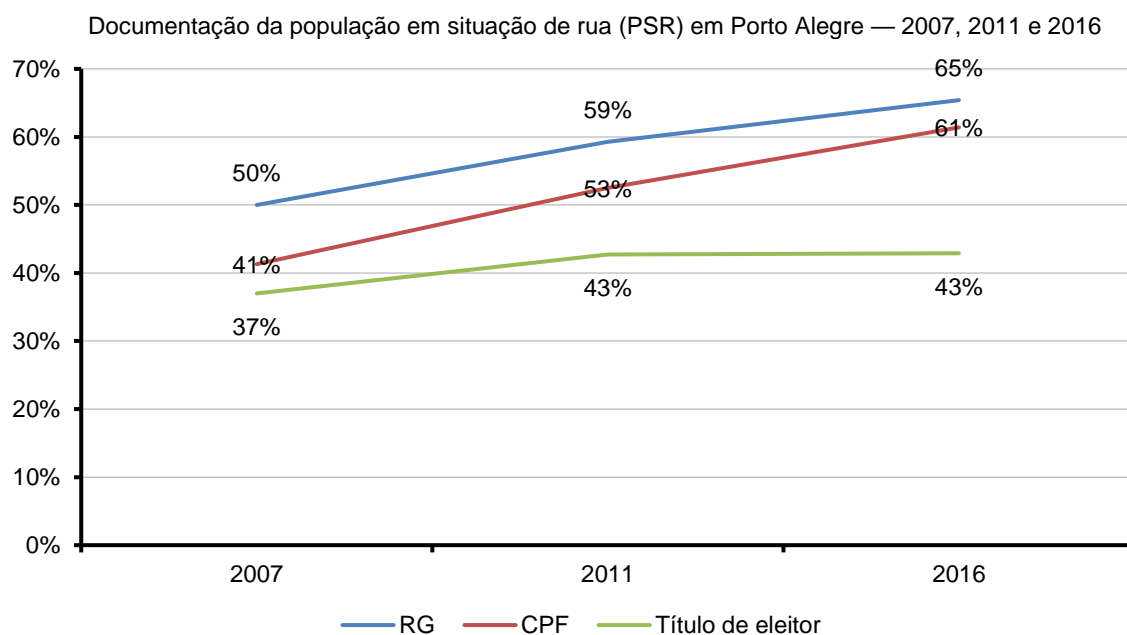
3.8 Acesso à documentação e a políticas sociais

A posse de documentação formal pela população em situação de rua é um indicador importante de inclusão social (UFRGS, 2016). No Censo Nacional, 59% dos entrevistados possuíam carteira de identidade (Registro Geral (RG)), 42% estavam inscritos no Cadastro de Pessoa Física (CPF), 40% possuíam carteira de trabalho, 38% tinham certidão de nascimento ou casamento assim como título eleitoral. No entanto, 25% não possuíam qualquer documentação.

Em Porto Alegre, houve aumento importante do acesso a documentos por parte da população em situação de rua (Gráfico 8). Entre 2007 e 2016, a posse de CPF aumentou 33%, e a de RG, 23%, alcançando mais de 60% da PSR, ao contrário do título de eleitor, que pareceu estabilizar na cobertura de 43% dessa população.

O mapeamento do CAMP na RMPA não detalhou os percentuais de posse de cada tipo de documento, mas identificou que 95% tinham algum documento civil. Além disso, 34% constavam no CadÚnico, sendo a maioria desses beneficiária do PBF.

Gráfico 8



Fonte dos dados brutos: Pesquisa Perfil e Mundo dos Adultos em Situação de Rua de Porto Alegre — 2011 e 2016 (UFRGS, 2016).

Para constar no CadÚnico como pessoa de referência, é preciso que essa tenha, pelo menos, CPF ou título de eleitor. Quando a pessoa faz a entrevista sem algum desses documentos, é orientada para o serviço de emissão de documentos, que deve ser apresentado para a efetiva incorporação no Cadastro (recebimento do Número de Identificação Social (NIS) e habilitação para participar nos programas sociais). A maioria de PSR (92%), não vive com sua família, de forma que eles mesmos são a pessoa de referência no Cadastro. Logo, quase todas as pessoas em situação de rua do CadÚnico de março de 2022 possuíam CPF (7.314 de 7.346), e 94%, RG (6.933). Mesmo o título de eleitor, que se encontrava em patamares próximos a 40%

em 2016, em Porto Alegre, alcançou 74% entre a PSR cadastrada, pouco atrás da carteira de trabalho (76%).

No Censo Nacional, 89% afirmavam não receber qualquer benefício e, entre os beneficiários, 3% recebiam aposentadoria, 2% Programa Bolsa Família (PBF), e 1% o BPC. Os perfis identificados que menos recebiam benefícios eram as pessoas jovens, as que dormiam na rua e as mais pobres (BRASIL, 2009). Em Porto Alegre, 23% afirmaram estar no CadÚnico em 2011, enquanto esses foram 43% na pesquisa mais recente da FASC. Sobre o recebimento de benefícios, o PBF foi o que mais cresceu entre a população de rua: em 2007, apenas 3% afirmavam receber, percentual que saltou para 34% em 2016.

Em março de 2022, no RS, 89% da PSR estavam cadastrados como extremamente pobres no CadÚnico, 80% recebiam o Programa Auxílio Brasil (PAB)³⁶. Curiosamente, uma proporção maior de homens em situação de rua recebia PAB (80% *versus* 78%), ao contrário da população total do Cadastro Único, onde uma proporção maior de mulheres recebia o PAB (49% *versus* 46%).

3.9 Acesso aos serviços públicos

Em relação aos diversos tipos de atendimento possíveis para essa população, **nos seis meses anteriores ao cadastramento ou sua atualização**, 39% apontaram que foram atendidos por CRAS³⁷, 29% por CREAS³⁸, 41% em Centro de Referência da População em Situação de Rua (Centro POP)³⁹ e 39% por alguma instituição de acolhimento governamental (albergue, abrigo ou outro). A assistência social atendeu, com algum de seus equipamentos, 88% da PSR cadastrada no período imediatamente anterior à entrevista. Além disso, 6% foram atendidos por instituição de acolhimento não governamental (instituição beneficente privada) — mostrando que a atenção é quase exclusivamente prestada por serviços públicos. Por fim, 13% foram atendidos por hospital e clínica geral.

Os maiores percentuais de atendidos dos CRAS são de pessoas pretas (Gráfico 9). A diferença entre os gêneros aparece entre os brancos: mulheres foram proporcionalmente mais atendidas (42%) do que homens (38%). Nos CREAS, novamente, mulheres brancas são proporcionalmente mais atendidas (32%) do que os homens brancos (29%) — Gráfico 10.

³⁶ Entre os extremamente pobres do Cadastro Único como um todo, 88% recebem PAB.

³⁷ O CRAS é uma unidade pública estatal descentralizada responsável pela organização e oferta dos serviços socioassistenciais da Proteção Social Básica do Sistema Único de Assistência Social nas áreas de vulnerabilidade e risco social dos municípios.

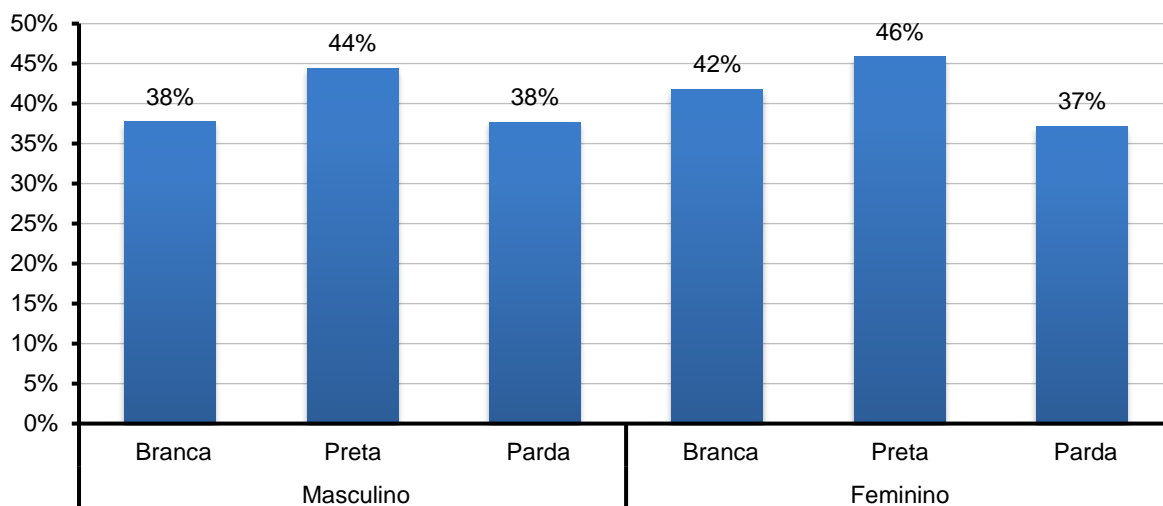
³⁸ O CREAS é uma unidade pública estatal responsável pela oferta de orientação e apoio a indivíduos e famílias com direitos violados.

³⁹ O Centro POP é uma unidade pública para atendimento à PSR. Dentre as atividades realizadas estão refeições, higiene pessoal e das roupas, apoio para conseguir documentos, guarda de pertences, informações sobre trabalho e sobre direitos. Realiza atendimentos individuais e coletivos, oficinas e atividades de convívio e socialização, além de ações que incentivem o protagonismo e a participação social dessas pessoas. Existe em 11 municípios do RS: Cachoeirinha, Canoas, Caxias do Sul, Gravataí, Novo Hamburgo, Passo Fundo, Pelotas, Porto Alegre, Rio Grande, São Leopoldo e Viamão. A população média dos municípios com Centro POP é de 797.983 (em grande parte, puxada por Porto Alegre), e, entre os municípios que não possuem, 84.080.

A situação inverte-se nos Centros de Referência Especializado (Gráfico 12) para a PSR: mulheres brancas são proporcionalmente menos atendidas (35%) do que os homens brancos (40%). Com diferenças um pouco menores, o mesmo acontece com as mulheres pretas (40% *versus* 43%) e pardas (42% *versus* 45%).

Gráfico 9

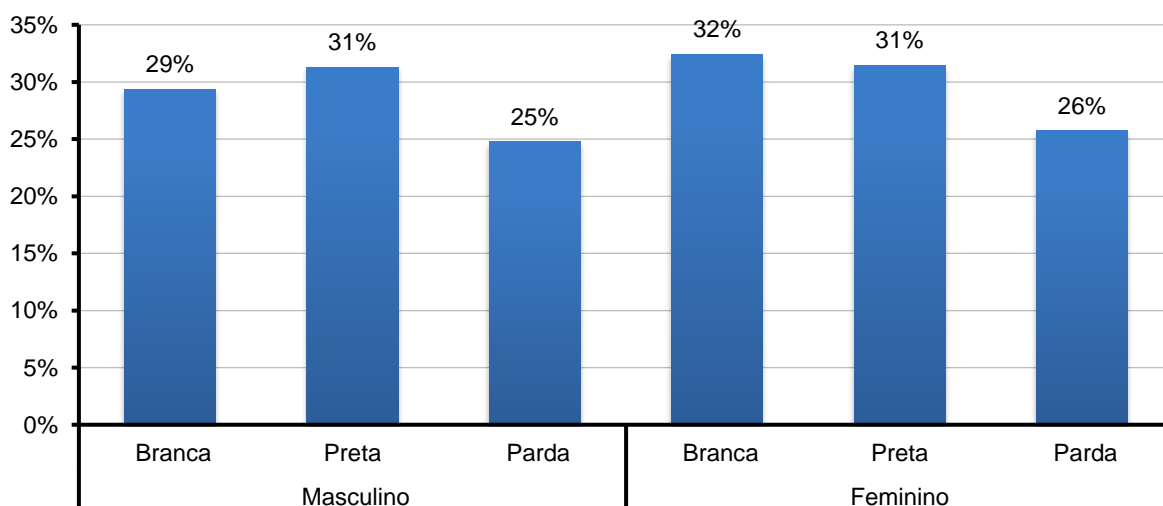
Atendimento nos últimos seis meses no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), por gênero e raça, no Rio Grande do Sul — 2022



Fonte dos dados brutos: Cadastro Único de março de 2022 (BRASIL, 2022).

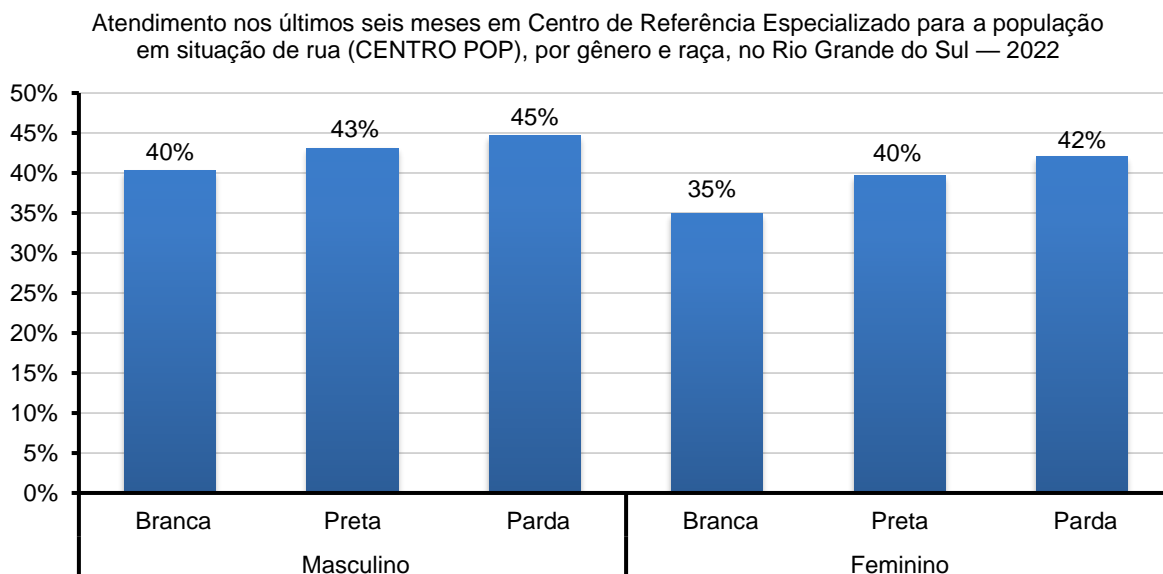
Gráfico 10

Atendimento nos últimos seis meses no Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), por gênero e raça, no Rio Grande do Sul — 2022



Fonte dos dados brutos: Cadastro Único de março de 2022 (BRASIL, 2022).

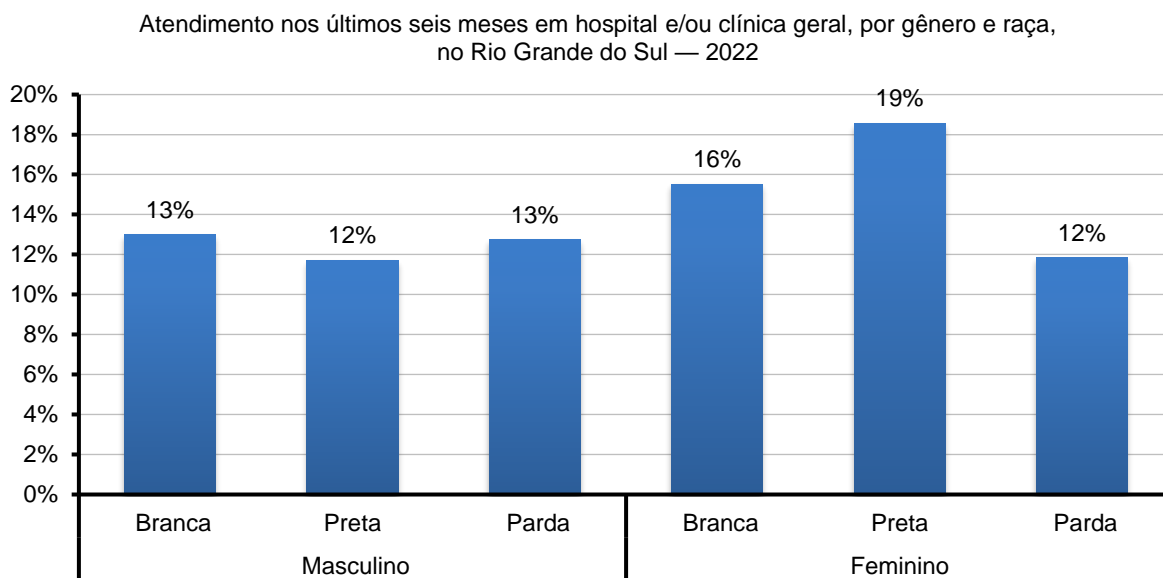
Gráfico 11



Fonte dos dados brutos: Cadastro Único de março de 2022 (BRASIL, 2022).

Percebe-se que o atendimento em hospital/clínica geral (Gráfico 12)⁴⁰ é maior, proporcionalmente, para as mulheres, exceto no caso das pardas. A diferença entre brancos e brancas é de três pontos percentuais e de pretos e pretas é de quatro.

Gráfico 12



Fonte dos dados brutos: Cadastro Único de março de 2022 (BRASIL, 2022).

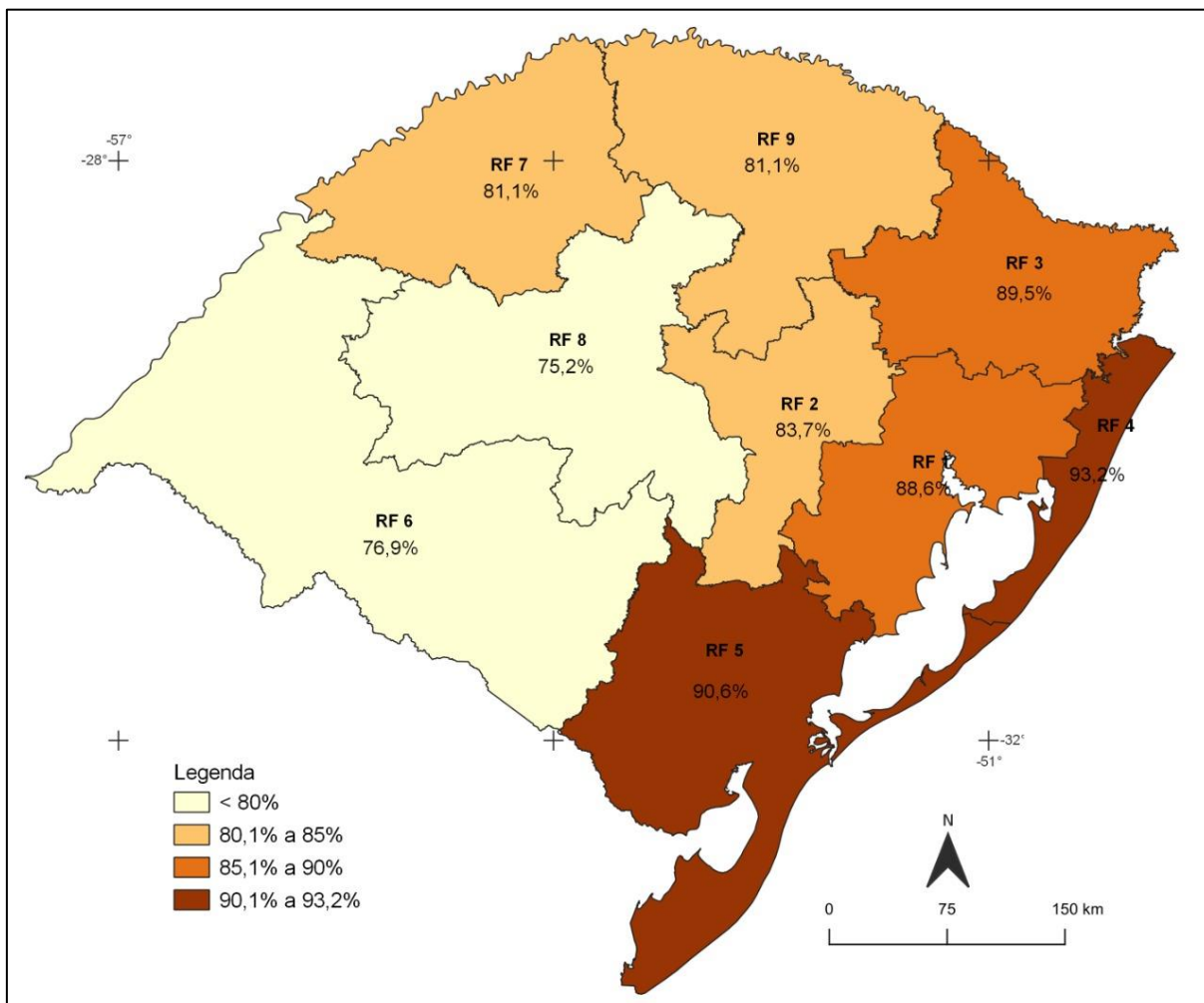
Exceto no que diz respeito aos Centros POP, as mulheres parecem acessar com mais frequência os serviços da assistência (CRAS e CREAS) e de saúde. A PSR mapeada pelo CadÚnico foi com mais frequência atendida pela assistência social na

⁴⁰ Em relação aos problemas de saúde levantados em pesquisas anteriores, após a questão do alcoolismo/dependência química (58%), o segundo maior problema de saúde levantado foi problema nos dentes (47%) — a falta de dentes foi o problema mais referido (45%), seguido de cáries (22%) e dores no corpo (44%) (UFRGS, 2016).

RMPA (89%) do que no restante do Estado (86%) e na Região Funcional (RF) 4 (93%) do que RF8 (75%) — Figura 2.

Figura 2

Percentual da população em situação de rua atendida por algum equipamento da assistência social nos últimos seis meses, por Região Funcional, no Rio Grande do Sul — 2022



Fonte dos dados brutos: Cadastro Único de março de 2022 (BRASIL, 2022).

3.10 Trabalho, renda e engajamento

As pesquisas apontam que grande parte da população em situação de rua exerce alguma atividade remunerada. No Censo de 2008, 71% dos entrevistados (mais da metade, 59%) afirmaram ter alguma profissão. Nos cadastros da FASC, tanto de 2007 quanto de 2016, quatro quintos (81%) das pessoas afirmaram possuir alguma profissão. Porém, em 2016, apenas um quinto (19%) desses estava exercendo a atividade coerente com sua qualificação profissional⁴¹.

⁴¹ Principais: carpinteiro/serralheiro/marceneiro/pedreiro/azulegista/hidráulico/eletricista (24%); pintor/auxiliar de pintura (7%); serviços gerais (7%); doméstica/faxineira/babá (5%); vendedor/balconista/comerciante/comerciário (5%); segurança/guarda/vigilante (5%); cozinheiro/padeiro/confeiteiro (4%); e papelheiro/carroceiro (4%).

Entre as atividades exercidas de fato, destacavam-se, em Porto Alegre, em 2016, as relacionadas com reciclagem (24%), jardinagem (14%), flanelinha (13%), pedir dinheiro (10%), prostituição (9%), construção civil (6%) e vendedor de rua (6%). Segundo o CadÚnico, em 2022, no RS, as formas mais comuns de ganhar dinheiro por parte dessa população era sendo catador (26%), com serviços gerais (14%), pedindo dinheiro (13%), trabalhando de flanelinha (10%), com vendas (9%) e na construção civil (7%)⁴². Esses dados contradizem o senso comum de que a maioria das pessoas em situação de rua garante sua renda pedindo dinheiro.

Na semana anterior ao preenchimento ou atualização do CadÚnico em março de 2022, 14% da PSR gaúcha trabalhou. Quando a pergunta foi feita relativamente ao último ano, esse número sobe para 22%. Dos 15% que declararam uma ocupação principal (praticamente os mesmos que trabalharam na semana ou no ano anterior), 93% declararam fazer bicos ou ser autônomo. De todos os 80% que declararam as formas acima citadas de ganhar dinheiro, apenas um quarto declarou ter trabalhado no ano anterior.

A PSR praticamente não apresentou vínculos formais de trabalho no momento das entrevistas: somente 2% dessa população no País, em 2007-08 (BRASIL, 2009), 1% no último levantamento da capital (UFRGS, 2016) e 4% daqueles no CadÚnico do RS em 2022. O Censo havia identificado que quase a metade (47,7%) nunca havia trabalhado com carteira assinada. No cadastro de Porto Alegre de 2007, eram 32%, mas caiu para 1% em 2016 (os demais 99% já tinham tido essa experiência, embora não fosse a situação do momento). No Cadastro Único do RS, 24%⁴³.

Pardos relataram em maior proporção ter trabalhado na semana anterior (16%) do que brancos (14%) ou pretos (12%). Homens relataram ter trabalhado na última semana proporcionalmente mais (14%) do que mulheres (13%). Adultos mais jovens, entre 18 e 49 anos, também trabalharam mais na última semana do que adultos com 50 anos ou mais.

Os que estão há mais de 10 anos vivendo em situação de rua e aqueles que estão há menos de seis meses são os que proporcionalmente trabalharam menos na semana anterior, 13% e 11% respectivamente. O segundo resultado é condizente com o cruzamento por faixa etária. No tempo residindo no município, diferentemente, aqueles que estão há um ano na cidade tinham maior proporção de trabalho na última semana do que o restante (36%) — o que aponta para uma situação de migração para trabalho em condições precárias.

Sobre participação em atividades comunitárias, 43% não sabiam se haviam participado e 44% não responderam. Porém 9% participaram de atividades com movimentos sociais, quase 2% em escolas e 1% em cooperativas.

⁴² 20% não responderam.

⁴³ Para obter carteira de trabalho, é necessário que, em algum momento da vida, a pessoa tenha apresentado o CPF, um comprovante de residência, documento oficial de filiação com foto e comprovante de estado civil.

Referências

AUGUSTIN, André Coutinho *et al.* **Panorama das desigualdades de raça/cor no RS**. Porto Alegre: Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão, 2021. (Relatório técnico nov. 2021). Disponível em:

<https://dee.rs.gov.br/upload/arquivos/202111/18175612-relatorio-tecnico-dee-panorama-das-desigualdades-de-raca-cor-no-rio-grande-do-sul.pdf>. Acesso em: 20 maio 2022.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Política nacional de inclusão social da população em situação de rua**. Brasília, DF: MDSCF, 2008. 25p. Disponível em:

https://www.justica.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/documento/2019-08/pol.nacional-morad.rua_.pdf. Acesso em: 6 jun. 2022.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação. I Censo e Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua – Síntese dos Resultados. *In*: CUNHA, Júnia Valéria Quiroga da; RODRIGUES, Monica (org.). **Rua: aprendendo a contar: Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua**. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2009.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário. **Cadastro único para programas sociais: manual do entrevistador**. 4. ed. Brasília, DF: MDSA, 2017.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário. **Cadastro único para programas sociais: manual do pesquisador**. Brasília, DF: MDSA, 2018.

BRASIL. Ministério da Cidadania. **Tabulador do cadastro único**. [Brasília, DF]: Ministério da cidadania, 2022. Disponível em:

https://cecad.cidadania.gov.br/tab_cad.php. Acesso em: 5 ago. 2022.

CAMP. **Mapeamento da população em situação de rua: Região Metropolitana de Porto Alegre [2017]**. Porto Alegre: Centro de Assessoria Multiprofissional, 2017. Disponível em: camp.org.br/files/2017/12/Mapeamento-da-Populacao-em-Situacao-de-Rua-FINAL.pdf. Acesso em: 1 jun. 2022

FASC. **Cadastro de adultos em situação de rua de Porto Alegre/RS: relatório final de pesquisa**. Porto Alegre: Fundação de Assistência Social e Cidadania, 2012. Disponível em:

http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/observatorio/usu_doc/cadastro_da_populacao_adulta_em_situacao_de_rua_-_porto_alegre_2012.pdf. Acesso em: 18 de jun. 2022.

IBGE. **Pesquisa Nacional de Informação de Gênero**. [Rio de Janeiro]: IBGE, 2010. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/pesquisa/11/0>. Acesso em: 12 jul. 2022.

IBGE. Sistema IBGE de Recuperação Automática. **Pessoas de 14 anos ou mais por nível de instrução**. [Rio de Janeiro]: IBGE, 2016a. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/7267#resultado>. Acesso em: 5 ago. 2022.

IBGE. Sistema IBGE de Recuperação Automática. **Taxa de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais**. [Rio de Janeiro]: IBGE, 2016b. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/7113#resultado>. Acesso em: 5 ago. 2022.

NATALINO, Marco Antonio Carvalho. **Estimativa da população em situação de rua no Brasil**. Brasília, DF: IPEA, out. 2016. (Texto para discussão 2246) Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/26102016td_2246.pdf. Acesso em: 18 jun. 2022.

NATALINO, Marco Antonio Carvalho. **Estimativa da população em situação de rua no Brasil (setembro de 2012 a março de 2020)**. Brasília, DF: IPEA, jun. 2020. (Nota técnica, n. 73). Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=35812. Acesso em: 18 jun 2022.

QUIROGA; Júnia; NOVO, Mariana. Elas da rua: população em situação de rua e a questão de gênero. *In*: CUNHA, Júnia Valéria Quiroga da; RODRIGUES, Monica (Orgs.). **Rua: aprendendo a contar: Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua**. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2009. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Livros/Rua_aprendendo_a_contar.pdf. Acesso em: 19 jun. 2022

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão. Departamento de Economia e Estatística. **PopVis: portal demográfico SPGG/DEE**. [Porto Alegre]: SPGG/DEE, 2020. Disponível em: <http://visualiza.dee.planejamento.rs.gov.br/populacao>. Acesso em: 30 jun. 2022.

SPOSATI, Aldaíza. O caminho do reconhecimento dos direitos da população em situação de rua: de indivíduo a população. *In*: CUNHA, Júnia Valéria Quiroga da; RODRIGUES, Monica (Orgs.). **Rua: aprendendo a contar: Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua**. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2009. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Livros/Rua_aprendendo_a_contar.pdf. Acesso em: 19 jun. 2022

UFRGS. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. **Cadastro e mundo da população em situação de rua de Porto Alegre/RS – 2016**. Porto Alegre: FASC, 2016. Disponível em:

http://www2.portoalegre.rs.gov.br/fasc/default.php?reg=41&p_secao=120. Acesso em: 18 maio 2022.

VEIGA; Laura da *et al.* Trajetória de Construção do I Censo e Pesquisa Nacional Sobre a População em Situação de Rua. *In*: CUNHA, Júnia Valéria Quiroga da; RODRIGUES, Monica (org.). **Rua**: aprendendo a contar: Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2009. Disponível em:

https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Livros/Rua_aprendendo_a_contar.pdf. Acesso em: 19 jun. 2022.



GOVERNO DO ESTADO
RIO GRANDE DO SUL

dee.rs.gov.br